

Acção Socialista



N.º 1340 10 Dezembro 2009

Director Jorge Seguro Sanches Director-adjunto Silvano Gomes da Silva

www.accaosocialista.net ■ accaosocialista@ps.pt

ENTREVISTA A JORGE LACÃO, MINISTRO DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES “A criação de condições de governabilidade é uma responsabilidade de todos os partidos”



Contribuir para assegurar as “melhores relações institucionais possíveis” entre o Governo e a Assembleia da República é para Jorge Lacão o seu “principal desafio” enquanto ministro dos Assuntos Parlamentares. Em entrevista ao “Acção Socialista”, Lacão lembra que “a criação de condições de governabilidade é uma responsabilidade partilhada por todos” e considera que têm sido dados “sinais preocupantes” por parte das oposições

no sentido de impor ao Governo “opções contraditórias” no que respeita a medidas despesistas sem base de sustentação com consequências orçamentais e financeiras. Só o PSD, que tem “responsabilidades acrescidas” enquanto maior partido da oposição, “estaria disposto a contribuir, entre as propostas que apoiou, com uma deriva orçamental de cerca de 2000 milhões de euros”, acusa o ministro.

4 a 6

União Europeia Já está em vigor o Tratado de Lisboa



18

Assembleia da República Sócrates anunciou subida do salário mínimo e mais medidas de apoio a empresas



3

Governo Maior central fotovoltaica do mundo em funcionamento no MARL

2

Grupo Parlamentar Jornadas em Beja nos dias 14, 15 e 16 de Dezembro

11

Suplemento Socialistas Portugueses no Parlamento Europeu

Eleições nas Concelhias e Secções

Secções de Residência e Sectoriais
26, 27 ou 28 de Março
Comissões Políticas Concelhias
9, 10 ou 11 de Abril



Aposta nas energias renováveis para combater endividamento externo

Inaugurada a maior central fotovoltaica do mundo

A OPÇÃO que o Governo tem vindo a fazer nas energias renováveis é fundamental para reforçar a autonomia do país em relação ao petróleo e assim reduzir de forma significativa o nosso endividamento externo, afirmou o primeiro-ministro, José Sócrates, na cerimónia de inauguração da nova central fotovoltaica do Mercado Abastecedor da Região de Lisboa (MARL).

“Esta é a maior central fotovoltaica do mundo em ambiente urbano e fica como símbolo de um país que fez há alguns anos uma escolha e uma opção: a energia renovável”, disse José Sócrates.

A central representou um investimento privado na ordem dos 31 milhões de euros e terá capacidade de produção para satisfazer o equivalente a um ano de consumo energético de cerca de 13 mil pessoas.

Na sua intervenção, o primeiro-ministro referiu que Portugal aposta nas energias renováveis “porque não pode ficar tão dependente do petróleo”. Para Sócrates, “reforçar a nossa autonomia estratégica dos combustíveis fósseis é absolutamente essencial. Se queremos reforçar a nossa autonomia, a única alternativa é a aposta nas energias que têm como base os recursos nacionais, as energias renováveis”.

Com o aumento da produção própria em energias renováveis,



o primeiro-ministro disse que o país poderá reduzir o seu endividamento externo, porque “metade do endividamento diz respeito à factura energética e ao petróleo”, acrescentando que “não há luta

contra o endividamento que não passe por uma alteração do quadro energético português”.

José Sócrates referiu ainda que “a luta ambiental a que todos os países estão obrigados faz com que se

aposte nas energias renováveis”.

Antes, o ministro da Economia, Vieira da Silva, defendeu a necessidade de Portugal estar presente em todas as etapas do desenvolvimento tecnológico na área das

energias renováveis. “Na energia solar está a viver-se uma autêntica revolução. Não podemos ficar à espera que apareça a última palavra neste domínio para começarmos a avançar”, frisou.

NOVA CENTRAL TERMOELÉCTRICA NA FIGUEIRA DA FOZ

O PRIMEIRO-MINISTRO inaugurou, na Figueira da Foz, a primeira de quatro centrais termoeléctricas de ciclo combinado a gás natural da EDP, um equipamento licenciado pelo Governo em 2006 e que se encontra a operar há já cerca de três meses.

A estrutura destina-se sobretudo ao abastecimento eléctrico de habitações e pressupõe, como garantiu José Sócrates, uma fonte de energia que “permitirá aumentar a segurança no abastecimento público”.

Na opinião do chefe do Executivo, a entrada em funcionamento de uma central de ciclo combinado a gás natural “representa sempre um contributo essencial na qualidade ambiental na produção de electricidade”, acrescentando que esta central permitirá contribuir para a descarbonização da economia portuguesa, fazendo baixar a quantidade de CO2 que o país produz todos os anos, “em cerca de 500 mil toneladas”.

Depois de manifestar a sua satisfação “pelo curto período em que a obra foi feita e pelo excelente trabalho executado”, o primeiro-ministro recordou que a nova central representa um investimento de 400 milhões de euros, possuindo dois grupos de 431 megawatts, representando uma potência total de 862 MW e uma produção anual de electricidade calculada em 4 mil Giga Watts/hora.

Recorde-se que esta central necessitou para a sua construção da participação activa de 250 empresas, um terço das quais inseridas na região da Figueira da Foz e Coimbra, tendo permitido a criação de mil postos de trabalho. R.S.A.

Instalada em Aveiro fábrica de baterias para carros eléctricos

PORTUGAL será, em meados de 2011, o único país no mundo com uma rede instalada, a nível nacional, de gestão centralizada de carregamento para veículos eléctricos.

A garantia foi dada pelo primeiro-ministro que acrescentou que o país pretende ser o primeiro do mundo a dispor, não apenas de uma rede local ou numa cidade de abastecimento ou carregamento, “mas de uma verdadeira rede nacional capaz de abranger todo o território”.

Sócrates falava na cerimónia do anúncio da nova unidade de fabrico de baterias para carros eléctricos da Renault-Nissan, que o consórcio franco-nipónico escolheu instalar em Cacia, no distrito de Aveiro.

Quando chegarem os primeiros carros eléctricos ao mercado nacional, em finais de 2010, princípios de 2011, Portugal, disse o chefe do Executivo, estará em condições de oferecer aos consumidores, não apenas um preço competitivo, “mas também uma rede nacional de carregamento”, o que constituirá uma



iniciativa impar a nível mundial.

A nova unidade industrial de Cacia, que irá produzir as baterias de células de iões de lítio para os futuros carros eléctricos da aliança Renault-Nissan, estará em funcionamento em finais de 2012, e representa um investimento total que ronda os cerca de 160 milhões de euros.

Como sublinhou o ministro da Economia, Vieira da Silva, o Governo espera agora da empresa franco-nipónica a entrega do projecto

pormenorizado de investimento para poder estabelecer quais os apoios a disponibilizar, sabendo-se desde já que o Estado português, para além das ajudas fiscais, pretende igualmente canalizar verbas provenientes dos fundos comunitários do QREN.

A juntar aos actuais 1100 trabalhadores da unidade já ali existente, a nova fábrica de Cacia irá criar mais 200 novos postos de trabalho associados directamente à produção das baterias. R.S.A.

Debate quinzenal na AR

Sócrates anuncia subida do salário mínimo e novas medidas de apoio às empresas

Aumento do salário mínimo para 475 euros mensais, redução de 1% das contribuições para a Segurança Social por parte das empresas e alargamento do período de regularização das dívidas das empresas ao fisco foram as medidas anunciadas pelo primeiro-ministro no primeiro debate quinzenal da presente legislatura. No debate de dia 4 de Dezembro, na Assembleia da República, José Sócrates acusou a oposição de irresponsabilidade política e afirmou que Portugal não poderá viver com dois orçamentos.

J. C. CASTELO BRANCO

JOSÉ Sócrates sublinhou que o aumento do salário mínimo “é mais um passo dado num caminho que deve mobilizar todo o país, o caminho da justiça social. E uma das melhores formas de praticar a justiça social é valorizar os salários dos trabalhadores de rendimentos mais baixos”, defendendo que “é nos tempos de dificuldade que devemos olhar com mais atenção para quem mais precisa, é nos tempos de dificuldade que mais devemos promover medidas que reduzam as desigualdades, combatam a pobreza e promovam a justiça social”.

Mas, acrescentou, “o Governo não ignora os efeitos da crise económica mundial sobre as empresas portuguesas” e, por isso, a decisão de propor o aumento do salário mínimo não é uma medida isolada, já que “serão ao mesmo tempo tomadas três novas medidas de apoio às empresas”.

A primeira medida, disse, “é a redução excepcional, durante o ano de 2010, em um ponto percentual, da parte da contribuição social a cargo da empresa e relativa aos salários dos trabalhadores que auferiam, em 2009, o salário mínimo”.

Já a segunda medida, explicou, “é o alargamento do prazo disponível para que as empresas com dívidas ao fisco possam regularizar essas dívidas”.

Assim, a título excepcional, durante o ano de 2010, o prazo de 60 prestações mensais para as dívidas já contraídas poderá ir até ao limite das 120 prestações.

E a terceira medida, referiu o primeiro-ministro, “consiste no desenvolvimento de programas de apoio público a sectores económicos onde é significativo o recurso ao salário mínimo”.

Trata-se, por um lado, de mais uma fase do programa de modernização do pequeno comércio, com uma nova dotação de 20 milhões de euros e, por outro lado, da extensão do Programa de Qualificação-Emprego aos sectores do têxtil e vestuário, turismo e

fabrico de mobiliário.

“Estas medidas de apoio às empresas são excepcionais. Fazem sentido nesta conjuntura de crise e por isso se aplicarão apenas durante o ano de 2010. Mas são muito importantes para apoiar as empresas, porque são as empresas, e em particular as pequenas e médias empresas, que mais contribuem para a criação de emprego”, disse.

Na sua intervenção, José Sócrates centrou-se depois no “valor da responsabilidade”, reiterando “só é possível superar a crise com sentido de responsabilidade na política económica, financeira e social”.

Salientando que “o Governo assume esta responsabilidade: responsabilidade na gestão das contas públicas, para que a política económica e social tenha alicerces sólidos”, sustentou que, por isso mesmo, “não é aceitável que alguns queiram retirar ao Governo as condições para o exercício de uma responsabilidade que é sua, a responsabilidade pela condução da política orçamental”.

Irresponsabilidade política do PSD

E referiu que “muito antes do debate orçamental, logo na primeira semana de funcionamento efectivo – e apenas numa manhã foram retirados quase 800 milhões de receita ao Estado, sem qualquer compensação”, salientando que “o mais espantoso é que o maior partido da oposição, que todos os dias clama contra o endividamento, é o partido que até agora mais se destacou na apresentação de propostas que agravam a despesa e reduzem a receita”.

Trata-se, segundo Sócrates, de um “comportamento de uma gravíssima irresponsabilidade política”, porque “assenta na mera convergência táctica entre forças políticas de sinal contrário”, “força uma decisão fora do tempo, porque fora do debate orçamental” e “quer-se diminuir os recursos ou aumentar a despesa pública sem querer assumir o ónus das respectivas consequências”.

Neste contexto, o primeiro-mi-



nistro alertou que “Portugal não poderá viver com dois orçamentos: um orçamento, aprovado pela Assembleia sob proposta do Governo e executado sob a direcção do Governo – e o outro, incoerente e desleal, que resultaria das convergências acidentais de forças de Oposição, sem qualquer coerência e sustentação em decisões políticas de fundo, e tomadas no tempo próprio, sobre o equilíbrio entre as receitas e as despesas do Estado”.

Para Sócrates, “a responsabilidade é a palavra-chave, na política económica, financeira e social. Responsabilidade de todos, e responsabilidade em tudo, designadamente na gestão dos recursos públicos”, porque, frisou, “só quem assume a responsabilidade é que presta, hoje, um verdadeiro serviço a Portugal e aos portugueses”.

O debate ficou ainda marcado por um incidente com Paulo Portas, que interrompia constantemente o primeiro-ministro com apartes despropositados, o que levou Sócrates a pedir-lhe mais calma e juízo, e ainda por duras críticas do chefe do Governo às declarações de Manuela Ferreira

Leite sobre o chamado caso “Face Oculta”. “A linha política do PSD nos últimos meses se tem limitado à contestação das decisões das entidades judiciais, que classificaram essas escutas sem relevância criminal e que, como tal, devem ser destruídas”, disse Sócrates.

O PSD, prosseguiu o primeiro-ministro, “dirigiu uma política de buraco de fechadura. No fundo, a dra. Ferreira Manuela Ferreira Leite elegeu como linha política a coscuvilhice e o que quer saber é o que está nas escutas. É degradante para a nossa vida política, para as instituições democráticas e é indigno”.

E considerou ainda que “é lamentável que “o PSD siga uma linha de ataque pessoal, de lançamento de lama e suspeições”, lembrando que, pela primeira vez em Portugal, utiliza uma violação de um segredo de justiça, que é crime, “para arremessar esse crime contra um adversário político. Isto é uma vergonha para a nossa democracia”.

Na mesma linha, o presidente do Grupo Parlamentar do PS (GP/PS), Francisco Assis, acusou

o PSD de “atacar a independência do poder judicial, tentando instrumentalizar um caso judicial em concreto para obter ganhos políticos”.

Segundo Francisco Assis, “o PSD ofendeu a Justiça na sua dignidade e os princípios elementares da República, sendo um partido que não hesita em utilizar uma violação grosseira do segredo de justiça para desferir um ataque de carácter ao primeiro-ministro”, acrescentando ainda que estamos perante “uma tentativa de decapitação política do Governo e da liderança do PS”.

Na sua intervenção, o líder do GP/PS saudou a decisão do Executivo de José Sócrates de aumentar o salário mínimo, o que, na sua opinião, demonstra, uma vez mais, a opção governamental “em lutar para que a competitividade da nossa economia não assente em baixos salários”.

Assis elogiou ainda “as medidas concretas e rigorosas” de apoio às empresas, tendo como pano de fundo a continuação de “uma política de rigor e equilíbrio das contas públicas”.

Jorge Lacão, ministro dos

“A criação de condições é uma responsabilidade

Contribuir para assegurar as “melhores relações institucionais possíveis” entre o Governo e a Assembleia da República é para Jorge Lacão o seu “principal desafio” enquanto ministro dos Assuntos Parlamentares.

Em entrevista ao “Acção Socialista”, Lacão lembra que “a criação de condições de governabilidade é uma responsabilidade partilhada por todos” e considera que têm sido dados “sinais preocupantes” por parte das oposições no sentido de impor ao Governo “opções contraditórias” no que respeita a medidas despesistas sem base de sustentação com consequências orçamentais e financeiras. Só o PSD, que tem “responsabilidades acrescidas”, enquanto maior partido da oposição, “estaria disposto a contribuir, entre as propostas que apoiou, com uma deriva orçamental de cerca de 2000 milhões de euros”, acusa o ministro.

Qual é o seu principal desafio, enquanto ministro dos Assuntos Parlamentares, numa Assembleia da República que ganhou uma maior centralidade e importância na vida política portuguesa?

A Assembleia da República tem, qualquer que seja a sua geometria representativa, um papel central na vida política portuguesa, em particular, na criação de condições de governabilidade do país. O que podemos dizer é que num quadro de maioria relativa seria expectável que o grau de confronto parlamentar fosse menos radicalizado. Isto é, num quadro de maioria absoluta, a radicalização de posições dos diferentes partidos com assento parlamentar não tem consequências imediatas na estabilidade governativa e, consequentemente, nas condições objectivas e subjectivas de governabilidade.

Neste contexto, e para responder à sua questão, considero que o meu principal desafio enquanto ministro dos Assuntos Parlamentares é o de contribuir para assegurar as melhores relações institucionais possíveis entre o Governo e a Assembleia da República. O Governo continua aberto ao compromisso e ao diálogo, no entanto, esse diálogo deve ter como pano de fundo a consciência de que há um programa que foi sufragado e que a criação de condições para a sua execução depende, em grande medida, do sentido de responsabilidade das oposições. A criação de condições de governabilidade é uma responsabilidade partilhada por todos.

Considero, aliás, que, quaisquer que sejam as maiorias encontradas no Parlamento, a maior responsabilidade do Governo é para com os eleitores e para com o rumo decorrente do resultado das eleições, que o PS ganhou. Neste contexto, lembraria que o programa do Governo, legitimado na Assembleia da República, tem como primeira prioridade combater a crise, relançar a economia e promover o emprego.

Lembraria, ainda, algumas medidas que

foram já tomadas neste sentido e que tiveram como preocupação central este compromisso com os portugueses: o estímulo à economia e à criação de emprego, sem desviar, em qualquer momento, as atenções dos factores de justiça social.

A este respeito, salientaria, em primeiro lugar, e apesar dos tempos difíceis que vivemos, o propósito do Governo fixar em 475 euros mensais o valor do salário mínimo para 2010.

Salientaria, ainda, a redução excepcional, durante o ano de 2010, em um ponto percentual, da parte da contribuição social a cargo da empresa e relativa aos salários dos trabalhadores que auferiam, em 2009, o salário mínimo; o alargamento do prazo disponível para que as empresas com dívidas ao fisco possam regularizar essas dívidas; bem como o desenvolvimento de programas de apoio público a sectores económicos nos quais é significativo o recurso ao salário mínimo, com a disponibilização de 20 milhões de euros para a modernização, manutenção do emprego e aumento das qualificações dos trabalhadores, em períodos de redução extraordinária da actividade.

No que diz respeito à criação de emprego não poderei deixar de referir os cinco mil estágios na Administração Central para jovens, aprovado já em Conselho de Ministros, bem como o desenvolvimento de um programa de criação de dois mil estágios para jovens licenciados nas câmaras municipais.

Lembraria, por fim, as medidas de apoio à internacionalização da economia, tendo em vista o aumento da actividade das actuais empresas exportadoras, o alargamento da base de empresas com capacidade exportadora, o aumento das exportações de maior valor acrescentado, o reforço da captação do investimento modernizador, assim como, o posicionamento da economia nacional em novos mercados e a dinamização de um novo mapa da diplomacia económica, disponi-



s Assuntos Parlamentares

es de governabilidade e de todos os partidos”



bilizando-se, para o efeito, 250 milhões de euros, para apoiar operações de desenvolvimento das PME portuguesas em mercados internacionais, nomeadamente operações de capital.

Qual a sua análise ao comportamento político das diferentes oposições?

Têm sido dados sinais preocupantes por parte das oposições no sentido de impor ao Governo opções contraditórias, nomeadamente no que diz respeito a medidas com consequências orçamentais e financeiras. Este entendimento subverte o sentido das eleições nas quais o Partido Socialista e o seu programa eleitoral saíram vencedores, recaindo sobre o Governo a responsabilidade pela condução da política orçamental. Ora, não podemos ter contra a execução do Programa do Governo um orçamento-sombra, despesista e impraticável.

Lembraria, ainda, que todos os partidos foram ouvidos pelo secretário-geral do Partido Socialista, em altura própria, para tentar encontrar soluções de governabilidade. Nenhum partido se mostrou disponível para qualquer tipo de acordo. Esta recusa onera a oposição no grau de responsabilidade que sobre ela recai relativamente às soluções que, a cada momento, teremos que encontrar para enfrentar os desafios com que o nosso país se defronta.

No entanto, gostaria de fazer uma consideração sobre o principal partido da oposição que, como tal, tem responsabilidades acrescidas na criação de condições de governabilidade. Falo, naturalmente, do

PSD. O PSD estaria disposto a contribuir, entre as propostas que apresentou e aquelas que apoiou, com uma deriva orçamental de cerca de 2.000 milhões de euros

Numa manhã, com o apoio do PSD, e muito antes do debate orçamental, foram retirados 828 milhões de receita ao Estado, com a aprovação na generalidade da extinção do Pagamento Especial por Conta, da redução da taxa de pagamento por conta, e com o adiamento da entrada em vigor do Código Contributivo.

A estes números, o PSD, partido que mais activamente se tem manifestado contra o endividamento, chegou a apresentar a redução extraordinária de 2 pontos percentuais da Taxa Social Única suportada pelos empregadores, o que corresponderia a gerar uma despesa extraordinária para o Estado na ordem de 734,7 milhões de euros.

No dia 11 de Dezembro, para além da segunda alteração ao Orçamento do Estado para 2009, estará em votação uma proposta de lei de alteração da Lei de Finanças das Regiões Autónomas.

Esta proposta de lei prevê, entre outras coisas, o fim da fixação anual, no Orçamento do Estado, dos limites ao endividamento regional. Eliminar-se-ia, deste modo, a obrigação das regiões autónomas coordenarem as suas políticas financeiras com as do Estado, de modo a assegurar, entre outras coisas, o cumprimento dos objectivos financeiros nacionais. O endividamento das Regiões passaria, ainda, a estar desligado do endividamento global português e, consequentemente, limitado por compromissos internacionais, nomeadamente o Pacto de Estabilidade e Crescimento. O resultado prático do fim da fixação anual no Orçamento do Estado dos limites ao endividamento regional seria um aumento deste endividamento que, no caso da Região Autónoma da Madeira, ascenderia aos 400 milhões de euros.

Estes empréstimos voltariam a poder ter garantia do Estado e este poderia assumir responsabilidades pelas obrigações das regiões autónomas e pelos compromissos delas decorrentes, o que facilitaria o endividamento regional, aumentando, ao mesmo tempo, as responsabilidades potenciais do Estado.

Esta proposta de alteração implicaria, ainda, de acordo com cálculos de um deputado do próprio PSD a disponibilização de recursos financeiros adicionais pelo Estado no valor de 400 milhões de euros, dos quais 111 milhões teriam efeitos imediatos.

Posso depreender das suas palavras que as chamadas coligações negativas poderão significar um condicionamento da actividade governativa, nomeadamente quando a oposição aprova propostas que oneram já o próximo Orçamento do Estado?

Como o primeiro-ministro tem dito, Portugal não poderá viver com dois orçamentos: um aprovado na Assembleia da República sob proposta do Governo e em linha com o programa eleitoral que os portugueses sufragaram, e outro, resultado de coligações

“Numa manhã, com o apoio do PSD, e muito antes do debate orçamental, foram retirados 828 milhões de receita ao Estado, com a aprovação na generalidade da extinção do Pagamento Especial por Conta, da redução da taxa de pagamento por conta, e com o adiamento da entrada em vigor do Código Contributivo



“Portugal não poderá viver com dois orçamentos: um aprovado na Assembleia da República sob proposta do Governo e em linha com o programa eleitoral que os portugueses sufragaram, e outro, resultado de coligações esporádicas e conjunturais, sem qualquer ponderação sobre o equilíbrio entre as receitas e as despesas do Estado”

“São os desígnios fundamentais do Código Contributivo que são colocados em causa com o seu adiamento, a saber: o combate à fraude e à evasão contributiva e prestacional; o desagravamento das contribuições da maioria dos trabalhadores independentes, já em Fevereiro de 2010; a melhoria da protecção social; bem como o combate à precariedade laboral”

esporádicas e conjunturais, sem qualquer ponderação sobre o equilíbrio entre as receitas e as despesas do Estado.

Estas coligações assentam numa mera convergência táctica entre forças políticas com visões programáticas contrárias entre si que aprovam propostas que, apesar de terem importantes impactos orçamentais, uma vez que diminuem os recursos ou aumentam a despesa pública, desenrolam-se fora do debate orçamental.

Mas quais são, do seu ponto de vista, as consequências práticas da oposição ter conseguido adiar a entrada em vigor para 2011 do Código Contributivo?

Vamos ver a decisão final. Gostaria de enfatizar que o adiamento da entrada em vigor do Código Contributivo põe em causa os compromissos assumidos entre o Governo e todos os parceiros sociais em dois dos mais importantes acordos tripartidos dos últimos anos: o Acordo de Reforma da Segurança Social, assinado em Outubro de 2006, e o Acordo das Relações Laborais, de Junho de 2008.

Mas são os desígnios fundamentais do Código Contributivo que são colocados em causa com o seu adiamento, a saber: o combate à fraude e à evasão contributiva e prestacional; o desagravamento das contribuições da maioria dos trabalhadores independentes, já em Fevereiro de 2010; a melhoria da protecção social; bem como o combate à precariedade laboral.

Com a implementação do Código Con-

tributivo seria possível um desagravamento significativo das contribuições dos trabalhadores independentes e haveria uma melhoria substancial da protecção social, pois todos os trabalhadores, independentemente do seu vínculo laboral, passariam a beneficiar de protecção na doença.

Relativamente ao Orçamento do Estado, quando é que o mesmo vai ser apresentado e quais deverão ser as suas linhas-força?

O próximo Orçamento do Estado será apresentado durante o próximo mês de Janeiro e reflectirá a aposta firme do Governo na tomada de medidas estruturais de apoio à economia e à promoção de emprego. A aprovação do Orçamento do Estado para 2010 é fulcral para a consolidação da recuperação económica e para a continuação da política de inovação e desenvolvimento, que é a aposta estratégica deste Governo para o futuro.

Este esforço continuado tem catapultado a economia portuguesa, e Portugal, para a vanguarda na utilização das novas tecnologias de comunicação e nos processos de produção de energia sustentável. Estas medidas são a chave para a competitividade das empresas nacionais e para o equilíbrio da balança de pagamentos, e trarão necessárias consequências positivas para a recuperação da actividade económica e para a promoção do emprego que é a grande prioridade para o próximo Orçamento do Estado. Acreditamos que o país está no bom caminho para a recuperação desta crise de dimensão inigualável e que se abateu sobre todas as economias mundiais.

A ratificá-lo está o facto de estarmos a sair mais cedo da crise do que o esperado pelas previsões mais optimistas. Imprescindível agora é que o Estado continue a estimular a economia através do investimento de público estratégico e criteriosamente executado. Este é o momento de fazer! O Orçamento do Estado é a ferramenta legal essencial para continuarmos a modernizar Portugal. Estou certo que a Assembleia da República assumirá uma atitude responsável quando chegar a hora da sua aprovação

Matéria objecto de promessa eleitoral é a do casamento entre pessoas do mesmo sexo. Para quando a apresentação dessa iniciativa?

A proposta de lei será aprovada em Conselho de Ministros, creio que ainda este mês, e dará entrada na Assembleia da República. O Governo cumpre, assim, um compromisso que estava vertido no seu programa eleitoral.

De que forma, do seu ponto de vista, estão as oposições a cavalgar a onda dos processos judiciais em curso para tirarem proveitos partidários?

Como institucionalista que sou, só posso julgar o caminho que tem sido trilhado pela oposição parlamentar, como triste e lamentável. O Governo e o Partido Socialista sempre defenderam o Estado de Direito e a independência das suas instituições. O Partido Socialista, como o grande partido da democracia e da liberdade em Portugal,

opõe-se com toda a determinação àqueles que escolhem a política rasteira do populismo e do vale tudo. Quem convive pacificamente e tira proveito de crimes como a violação do segredo de justiça na oposição, o que faria se estivesse no poder? Em particular, muito me surpreende o maior partido da oposição e em particular a sua liderança. Nunca se desceu tão baixo. Quem oportunamente, pensando que retira vantagens tácticas imediatas e momentâneas, sacrifica os princípios estruturantes do nosso Estado de Direito à calúnia e à maledicência, demonstra fraca postura de Estado e ainda mais fraca consideração pela própria democracia. Só podemos entender esta deriva irresponsável como uma resposta desesperada de quem não tem quaisquer propostas ou ideias para o futuro do país.

Como tenciona articular a sua acção com o Grupo Parlamentar do PS e o que espera o Governo da nossa bancada?

Numa governação de maioria relativa, é natural e até salutar que a Assembleia da República tenha outro protagonismo, nomeadamente na condução do processo legislativo. Para esta legislatura, o nosso grupo parlamentar será uma força com grande capacidade política e competência técnica. A liderança da bancada está muito bem entregue a Francisco Assis, que conheço bem, com grande experiência e talento para a função, com quem trabalharei com todo o gosto e com quem o Governo contará sempre, para todas as batalhas.

Défice português de 2009 em linha com média da zona euro

EM 2009, Portugal registará um agravamento do défice na ordem dos 5,4%, ficando em linha com a média dos países da zona euro, adiantou o ministro de Estado e das Finanças, Teixeira dos Santos, no final do Conselho de Ministros do dia 26 de Novembro.

Ao comentar a evolução ascendente do défice registado no nosso país entre 2007 e 2009, o titular da pasta das Finanças frisou que, “olhando para as recentes previsões da Comissão Europeia e caso se compare o valor dos défices antes da crise (em 2007) e em 2009, se verifica que há um agravamento na ordem dos 5,8% na zona euro e de 6,1% na União Europeia a 27”.

“O agravamento previsto para Portugal é de 5,4 pontos percentuais, o que nos coloca em linha com o agravamento médio dentro da zona euro. Esse agravamento no país até poderá ser ligeiramente mais baixo”, sustentou, deixando de seguida o desafio para que se olhe para a evolução dos défices nos vários Estados-membros da União Europeia nos últimos dois anos.

Concluir-se-á que “não há países com excedentes [orçamentais] e todos têm défice em 2009”, venceu, referindo ainda que a “crise internacional tem grandes repercussões nas finanças públicas, colocando-as numa situação extraordinária, quase sem par na nossa história recente”.

Assim sendo, indicou, “o grande desafio que temos é continuar a enfrentar os efeitos da crise, tendo consciência de que as melhorias que



se fazem sentir no clima económico têm a ver com o esforço que os vários governos têm vindo a desenvolver para combater a crise”.

Neste ponto, Teixeira dos Santos aludiu a uma segunda fase da política económica, em que os diferentes países terão de iniciar um esforço de consolidação orçamental.

“Também teremos de articular esta política de resistência contra a crise com a necessidade de sustentar as consequências no âmbito das finanças públicas, começando-se a

pensar no que se fará após a crise”, afirmou, acrescentando ser essa a sua preocupação e a preocupação de “todos os ministros das Finanças europeus”.

Depois, o ministro das Finanças avançou que o Governo inscreveu por “prudência” 310 milhões de euros na dotação provisional da segunda alteração ao orçamento, mas advertiu que este valor não pode automaticamente ser contabilizado no défice.

Questionado sobre os motivos que moveram o Executivo a ins-

crever a referida verba no capítulo referente a dotações provisionais da proposta de segunda alteração ao Orçamento do Estado para 2009, Teixeira dos Santos deixou claro que, perante uma conjuntura de incerteza ao nível macroeconómico, “o Governo entendeu que é mais prudente inscrever essa quantia de 310 milhões de euros para fazer face a contingências até ao final do ano”.

Mas, essa verba não pode ser contabilizada automaticamente como despesa para efeitos de estimativa

de défice no final de 2009, até porque, explicou: “O que estimamos que venha a ser a diferença entre a despesa efectivamente utilizada e a receita é de cerca de 320 milhões menor do que essa diferença entre o máximo da despesa e a receita prevista”.

Por isso, prosseguiu, “esses 310 milhões de euros que estão inscritos na dotação provisional são de facto uma provisão que esperamos que não tenha que ser gasta”.

Quanto à segunda proposta de alteração ao Orçamento para 2009, o governante sustentou que se verifica que “não será excedido o limite de despesa previsto na lei orçamental e que há uma redução na ordem dos 630 milhões de euros das despesas com juros, o que permitirá reforçar algumas rubricas de despesa, designadamente encargos acima do previsto com a Caixa Geral de Aposentações e que são explicados pelo aumento excepcional do número de pedidos de aposentação no final deste ano”.

Finalmente, Teixeira dos Santos recordou que poderão surgir outras “contingências inesperadas, como a vacina da gripe A, que já foi coberta anteriormente pela própria dotação provisional, mas que agora é reposta”.

Entre a opção de ignorar pura e simplesmente a parte remanescente e a opção de deixar ainda em aberto [o limite máximo de despesa], o Governo escolheu ter a capacidade de poder utilizar 310 milhões de euros inscritos na dotação provisional”, concluiu. M.R.

Código Contributivo volta de novo à AR

DEPOIS de uma coligação contranatura dos partidos da oposição ter adiado a entrada em vigor do Código Contributivo para 2001, o Governo do PS vai apresentar na Assembleia da República um novo diploma com a mesma orientação de fundo.

A garantia foi dada pela ministra do Trabalho e da Solidariedade Social, Helena André, em Bruxelas, no dia 3, onde adiantou que “a questão vai discutida em concertação social e depois veremos qual vai ser o comportamento do Parlamento quando houver uma nova proposta do Governo”.

Já o secretário-geral da UGT, o socialista João Proença, lembrou que “há um acordo para cumprir”, admitindo, no entanto, que podem haver “alguns ajustes em algumas matérias”, nomeadamente ao nível da regulamentação.

Novos apoios às empresas custarão 74 milhões

Entretanto, Helena André estimou que as medidas anunciadas pelo Governo na área do trabalho e segurança social terão um im-



pacto de 74 milhões de euros e abrangerão 361 mil trabalhadores.

Falando no dia 4 no final do debate quinzenal no Parlamento sobre política económica, a ministra explicou que a redução de um ponto percentual da contribuição social a cargo da entidade empregadora relativa aos trabalhadores que auferem o salário mínimo custará ao Estado 24 milhões de euros e abrangerá 341 mil trabalhadores.

No que respeita à extensão do Programa de Qualificação-Emprego aos sectores têxtil e vestuário, turismo e fabrico de mobiliário, Helena André adiantou que o investimento do Estado será de 50 milhões de euros, para um universo de cerca de 20 mil trabalhadores.

Relativamente à subida do salário mínimo nacional para 475 euros, a ministra do Trabalho e da Solidariedade Social disse que o Governo ponderou nesta decisão, quer o abrandamento da actividade económica e os seus efeitos nas empresas, quer o combate à pobreza.

“A nossa preocupação é manter os níveis de emprego, os salários e a actividade económica”, sublinhou.

MEDIDAS DE APOIO AO SECTOR TÊXTIL VÃO SER RENOVADAS

AS MEDIDAS de apoio à indústria têxtil e do vestuário são para continuar, mas esta “é a altura de avaliar, manter o que deve ser mantido e introduzir o que for necessário”, defendeu o ministro da Economia.

Vieira da Silva anunciou que “o Governo reafirma o compromisso de renovar o esforço conjunto que foi feito com a aprovação do Programa de Apoio ao Desenvolvimento das Indústrias de Moda (PADIMJ), para minimizar o impacto da crise económica mundial na indústria têxtil do vestuário e do calçado.

Na cerimónia de encerramento do XI Fórum da Indústria Têxtil, em Famalicão, o ministro da Economia disse que “alguns dos instrumentos continuam a justificar-se, nomeadamente os que estão relacionados com o crédito e com o crédito à exportação”.

No entanto, Vieira da Silva salientou a necessidade de introduzir ao programa, aprovado em Março, “muita da ambição que levou à aprovação de instrumentos de internacionalização”.

O ministro realçou “o comprometimento de um trabalho em conjunto, com as empresas e associações, para ultrapassar a crise económica e as debilidades estruturais do sector”.

Segundo adiantou Vieira da Silva, “o Governo pretende continuar a intervir junto das empresas, trabalhando em programas que ajudem a defender a nossa capacidade produtiva para que, na saída da crise, tenhamos uma economia mais capaz de concorrer nos mercados globais”.



CENTROS DE APOIO FAMILIAR SÃO COMPLEMENTOS IMPORTANTES

A IMPORTÂNCIA dos Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP) foi salientada pela secretária de Estado adjunta e da Reabilitação, Idália Moniz, que defendeu uma política de “intervenção integrada” junto das famílias.

“Temos consciência de que há um desafio muito grande que é colocado à intervenção junto das famílias e ao nível do território”, disse Idália Moniz, salientando que “o número de recursos humanos no território é muito significativo” na área social.

Por isso, considerou que este trabalho requer “um melhor aproveitamento dos meios” humanos e financeiros que o Estado disponibiliza para este fim, em cooperação com instituições diversas.

A governante, que intervinha no encerramento do I Encontro Rede Nacional de Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental, enalteceu a acção destes centros como “complemento da intervenção junto das famílias”.

Os Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental intervêm junto das famílias, ajudando-as a ter condições e potenciar os recursos necessários à manutenção das crianças e jovens em risco nos agregados de origem, evitando dentro do possível a sua institucionalização ou possibilitando a sua reintegração familiar.



ACTUALIDADE

Um sistema de avaliação que recompense o esforço dos professores



Foto: Conselho da União Europeia

A CRIAÇÃO de um sistema de avaliação de professores que recompense o esforço e a qualidade é prioritário para a ministra da Educação, Isabel Alçada.

“Estamos a tentar criar na carreira uma progressão associada ao desempenho para que os professores sintam que a exigência acaba por se traduzir numa melhor progressão e numa recompensa para o esforço e para a qualidade”, disse Isabel Alçada, no dia 26, em Bruxelas, à margem de uma cimeira dos 27 ministros da Educação da União Europeia.

Isabel Alçada sublinhou que o Governo quer que “aquilo que ficar definido seja mesmo estimulante”, já que, frisou, “se as pessoas tiverem estímulo nas suas carreiras, vão mais longe”.

Relativamente ao estatuto e à carreira dos professores e ao sistema de avaliação que está associado, a ministra adiantou que “estamos a trabalhar com os sindicatos, temos uma agenda, um calendário e está tudo a correr conforme o previsto”.

Na reunião de ministros da Educação da União Europeia, na

qual foram discutidos indicadores relativos ao cumprimento da Estratégia de Lisboa, de 2000, Isabel Alçada sublinhou “as medidas estruturais” tomadas pelo Governo do PS nos últimos anos na área da educação e que permitiram progressos assinaláveis em todos os parâmetros analisados.

“As medidas estruturais levadas a cabo estão a ter efeitos muito positivos e que já se notam na aproximação dos nossos níveis de desenvolvimento em relação às médias europeias”, disse.

Manter rigor e selectividade nas ajudas às PME

RIGOR e selectividade são as travesmestras que vão continuar a balizar os instrumentos do Governo de ajuda às pequenas e médias empresas (PME), afirmou o ministro da Economia, Vieira da Silva, no dia 26, na sessão de abertura do III Fórum Empreendedorismo – Garantir o Futuro das PME, que teve lugar no Centro de Congressos de Lisboa.

“Os empresários estão em convalescença e não em expansão acelerada. Não estou de acordo em que se desarmem de forma aventureira os apoios sociais às pequenas e médias empresas”, disse o ministro, salientando, no entanto, que “temos de avaliar as políticas públicas para a



saída da crise”.

Vieira da Silva referiu que o Governo pretende “investir na aceleração da confiança e reduzir os níveis de incerteza” na economia portuguesa, mas que também é necessário “reorientar o esforço colectivo para a capacidade de reforçar o carácter ganhador da internacionalização”.

O ministro da Economia defendeu também a necessidade de haver um in-

vestimento público “mais eficaz e selectivo” e continuar a atrair investimento para o tecido empresarial, sobretudo o direccionado para as PME.

“Estas duas dimensões, a de uma maior eficácia e selectividade no investimento público e a da atracção do investimento, devem estar ligadas ao alargamento da base das PME exportadoras”, frisou ainda Vieira da Silva.

PS apoia a constituição da comissão eventual contra a corrupção



O PS vai votar favoravelmente a constituição de uma comissão eventual sobre o fenómeno da corrupção, para que nessa sede se produza um debate sério e aprofundado sobre esta matéria.

O líder parlamentar do PS acentuou que os socialistas têm sobre este assunto uma posição séria, recusando entrar num confronto que classificou de maniqueísta, “em que de um lado estão os bons e do outro estão os maus”.

Este seria, em sua opinião, o caminho ideal para que “não encontrássemos as melhores soluções” para combater o fenómeno da cor-

rupção, razão por que o líder parlamentar do PS anunciou que a sua bancada irá viabilizar a constituição da referida comissão eventual proposta pelo maior partido da oposição, sem contudo entrar pelo caminho do “confronto moral primário”.

A proposta da constituição desta comissão eventual prevê que ela tenha uma duração de 180 dias, devendo no fim deste período apresentar as suas conclusões.

Entretanto no âmbito das medidas anti-corrupção, o BE e o PCP apresentaram diplomas

sobre o crime de enriquecimento ilícito, tendo o BE apresentado ainda um projecto sobre o sigilo bancário, iniciativas cujas votações foram adiadas para a próxima semana.

A este propósito o deputado socialista Ricardo Rodrigues, afirmou que o PS está, como sempre esteve, disponível para avaliar todas propostas desde que “não sejam inconstitucionais”, defendendo que este como outros temas relacionados com o combate à corrupção deverão ser analisados de forma mais aprofundada na futura comissão eventual. **R.S.A.**

GP/PS PROPÕE GRUPO DE TRABALHO PARA REFORMA CURRICULAR DO BÁSICO E SECUNDÁRIO

A BANCADA socialista apresentou recentemente, na Comissão Parlamentar de Educação e Ciência, no âmbito da preparação do respectivo plano de actividades para a primeira sessão legislativa, a proposta de criação de um grupo de trabalho dedicado à reforma curricular dos ensinamentos básico e secundário.

Conforme o seu Programa Eleitoral, o Partido Socialista considera prioritário proceder a uma profunda reflexão e reavaliação desta questão, também ao nível parlamentar, na sequência das reformas estruturantes operadas no ensino público nos últimos anos.

O PS espera que este grupo venha a desempenhar o papel de eixo fundamental de um debate que se pretende alargado a todos os agentes educativos e às mais diversas entidades especializadas, à semelhança do que sucedeu com outros importantes debates conduzidos pela Comissão de Educação e Ciência na passada legislatura.



Lacão acusa oposições de deriva despesista

O GOVERNO não aceitará governar com o programa dos partidos que perderam as eleições, afirmou o ministro dos Assuntos Parlamentares, Jorge Lacão, que acusou as oposições de uma “deriva despesista” ao apresentarem propostas que gerariam um desequilíbrio nas contas públicas de cerca de 2300 milhões de euros.

“Quem diz que não quer aumento de impostos e aumento de défice, tem a mais elementar responsabilidade de explicar como acomodar um desequilíbrio de 2300 milhões de euros. A deriva despesista da oposição tem uma lógica de competitividade entre as suas diferentes forças políticas e arrasta um populismo sem sentido, sem explicação e sem desculpa. Houve uma completa indiferença em relação às condições de governabilidade”, disse o ministro.

Jorge Lacão falava no dia 27, no final de um debate na Assembleia da República, onde as oposições parlamentares fizeram aprovar, na generalidade, 11 dos 13 diplomas com medidas de natureza económica, com os votos contra do PS, entre os quais a suspensão da



entrada em vigor do Código Contributivo.

O ministro dos Assuntos Parlamentares lembrou que o Código Contributivo tinha sido alvo de acordo em sede de concertação social e que o próprio Executivo e o PS ti-

nham manifestado disponibilidade para um consenso em sede de regulamentação.

Tal postura significa, segundo frisou Jorge Lacão, que “houve muita disponibilidade para o diálogo da parte do Governo e com-

pleta indisponibilidade por parte das oposições. As responsabilidades neste quadro parlamentar são partilhadas e cada um, em cada momento, tem de assumir plenamente os seus gestos”.

O ministro reafirmou que os socialistas estão “empenhados em executar um programa que está legitimado pela Assembleia da República e em contribuir para a estabilidade do país e para as condições de governabilidade, mas essas condições não dependem apenas de nós”.

E sublinhou que o Parlamento assistiu a “uma bancada à direita, liderada por Paulo Portas, a conduzir as posições do PCP e do Bloco de Esquerda”, considerando que, na sua opinião, “há qualquer coisa de estranho nesta maioria negativa completamente contraditória”.

Jorge Lacão acusou ainda o PCP e o Bloco de Esquerda de apresentarem propostas que poriam em causa a sustentabilidade da Segurança Social pública, as quais implicariam um orçamento suplementar de mil milhões de euros.

Plenários de militantes

Sócrates acusa oposição de irresponsabilidade

No âmbito dos plenários de militantes realizados no passado fim-de-semana com dirigentes e membros do Governo, o secretário-geral do PS, José Sócrates, esteve no domingo, dia 6, em Aljustrel, onde acusou a oposição de “irresponsabilidade” e “exibicionismo político” por ter aprovado no Parlamento legislação que reduz a receita fiscal e põe em causa o equilíbrio orçamental.

NO ENCONTRO de Aljustrel, Sócrates considerou que a oposição agiu com “deslealdade”, porque defendeu no Parlamento “leis que reduzem as receitas do Estado, pondo em causa todo o equilíbrio orçamental”, antes do Governo apresentar a proposta de Orçamento do Estado para 2010.

Para José Sócrates, é “absolutamente admirável ver os partidos de direita e da extrema-esquerda unirem-se apenas com o objectivo de criarem dificuldades ao Governo”, sublinhando que tal comportamento “não é agir em benefício do país. Isto é agir em benefício de uma tática política que visa criar apenas dificuldades”.

O líder do PS reiterou que o Governo está “muito disponível” para “negociar” com a oposição, mas não pode aceitar, de forma nenhuma, que os partidos da oposição “imponham um orçamento-sombra e depois peçam ao Governo para assumir as responsabilidades no

Orçamento do Estado”.

Sócrates afirmou ainda que o Governo vai “enfrentar” as “políticas irresponsáveis e demagógicas daqueles que não querem ter nenhuma responsabilidades governativas”.

Na sua primeira visita ao Baixo Alentejo após as eleições autárquicas de 11 de Outubro, o secretário-geral revelou que, na noite eleitoral, sentiu uma “grande alegria” pelo PS ter ganho as câmaras municipais de Beja e, sobretudo, de Aljustrel, que sempre foram lideradas pelo PCP.

“Ganhámos muitas pequenas câmaras, mas talvez nenhuma com o significado que a vitória eleitoral em Aljustrel teve”, salientou.

Já no plenário com militantes da Federação de Viseu, no dia 6, o ministro da Defesa e dirigente do PS, Augusto Santos Silva, acusou os partidos da oposição de estarem a tentar criar um governo alternativo “sem coerência”.

Santos Silva sublinhou que o PS “tem um mandato para governar



durante quatro anos, ganho nas eleições de 27 de Setembro” e, por isso, “não pode estar confrontado com uma espécie de tentativa de haver um outro governo na Assembleia da República”.

Ou seja, explicou, “um governo sem coerência, visto que é uma coligação de partidos que tudo separa e um governo que teria a vantagem de definir aumentos de despesas ou diminuição de receita sem ter a maçada de explicar onde é que ia, no Orçamento de Estado, compensar isso que passaria a faltar aos cofres do Estado”.

Por sua vez, numa reunião com

militantes da FRO, realizada em Torres Vedras no dia 4, o ministro da Agricultura, António Serrano, anunciou que várias medidas, como a melhoria das linhas de crédito bonificadas aos agricultores, alargamento dos prazos de pagamento e das amortizações dos empréstimos, além da redução dos custos de produção através da electricidade verde, vão entrar em vigor já em Janeiro.

Segundo António Serrano, “a primeira prioridade foi pôr a máquina a dar maior nível de respostas”, adiantando que desde há um mês já foram pagos aos agricultores 27

milhões de euros referentes a candidaturas aprovadas no âmbito do Proder – Programa de Desenvolvimento Rural.

Nesta primeira ronda dos dirigentes socialistas pelas bases depois das eleições legislativas, realizaram-se ainda plenários em Santarém, com Jorge Lacão, ministro dos Assuntos Parlamentares, em Évora, com Paulo Campos, secretário de Estado das Obras Públicas, na Guarda, com João Tiago Silveira, secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, e em Castelo Branco, com Idália Moniz, secretária de Estado da Reabilitação. J. C. C. B.

SOCIALISTAS ASSINALAM DEZ ANOS DA MORTE DE TITO DE MORAIS



Para assinalar os dez anos da morte do camarada Manuel Tito de Morais, um grupo de socialistas vai prestar-lhe, no próximo dia 14, pelas 13 horas, uma homenagem junto à campa, no cemitério da Guia, em Cascais, onde se encontra sepultado o antigo presidente do PS, resistente antifascista e referência moral e cívica de todos os socialistas.

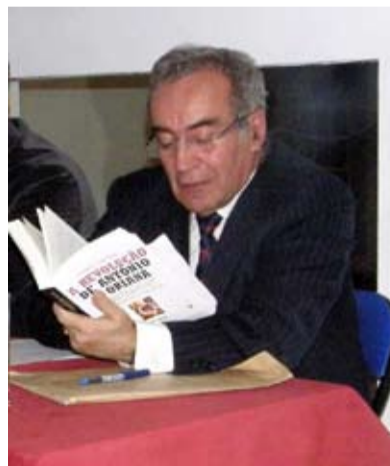
Novo romance de Joaquim Sarmento ficciona o 25 de Abril e o PREC

ACABA de ser lançado mais um livro do nosso camarada Joaquim Sarmento, um romance “A Revolução de António e Oriana”, obra que aborda de forma ficcionada o 25 de Abril e o PREC.

Com prefácio de Almeida Santos, este novo romance de Joaquim Sarmento, o sétimo, é dedicado a Melo Antunes e a Maria de Lurdes Pintasilgo, duas destacadas figuras da democracia portuguesa.

A obra foi entretanto apresentada em Lamego, Braga, Coimbra, Porto, Lisboa e Viseu, tendo sido oradores, a quem coube fazer a recensão, José Mário Ferreira de Almeida, Paulo Nossa, António Arnaut, Alberto Martins, António José Seguro e José Junqueiro.

Natural de Lamego, Joaquim Sarmento, desempenhou diversos cargos com responsabilidade política, designadamente o de presidente da Assembleia Municipal e vice-presidente da Câmara da sua terra, -natal, em dois mandatos, vereador do pelouro da Cultura e deputado



Coube ao deputado António José Seguro a apresentação do livro, que dissertou, numa análise serena e profunda, os méritos do romance, tratando-se, em sua perspectiva, “de uma obra de grande qualidade”.

Também para Maria Irene Cardoso, professora de literatura clássica, este novo romance de Joaquim Sarmento assume um carácter determinante para “nos reencontrarmos e para nos reconhecermos”.

Já para o presidente do Partido Socialista, Almeida Santos, autor do prefácio, “livros como o que acabo de prefaciá-lo contribuem para manter válidos sonhos que merecem ser sonhados”.

O autor irá continuar a apresentar o seu livro em diversas cidades do país, estando já agendadas sessões, nomeadamente em Vila Real, no dia 15 de Janeiro, com apresentação do nosso camarada António Martinho, e dias depois em Torres de Moncorvo. R.S.A.

pelo PS nas VII e VIII legislaturas. Em Lisboa, a apresentação da obra decorreu numa sessão muito concorrida, na Associação 25 de Abril, presidida por Vasco Lourenço, e na qual marcaram presença figuras de relevo da vida política nacional, como Otelo Saraiva de Carvalho, Pizarat Correia, Almeida Santos, Manuel Alegre, José Junqueiro, António Cardoso e Aprígio Ramalho, entre muitos outros.

Jornadas Parlamentares do PS em Beja dedicadas ao desenvolvimento regional

BEJA vai acolher, nos dias 14, 15 e 16 de Dezembro, as primeiras Jornadas Parlamentares do PS da presente legislatura, que terão como tema “O desenvolvimento regional, competitividade, sustentabilidade”.

Para além das visitas institucionais da direcção do GP/PS ao presidente da câmara e ao governador civil de Beja e de visitas de trabalho dos deputados socialistas a diferentes concelhos do distrito de Beja, o programa das jornadas irá incluir a discussão de quatro painéis temáticos, com a presença de membros do Governo.

Na abertura das jornadas falarão Luís Ameixa, Jorge Pulido Valente e Francisco Assis, respectivamente, presidentes da Federação de Beja do PS, da Câmara de Beja e do GP/PS, seguindo-se a discussão do primeiro painel sobre “Competitividade, políticas públicas e desenvolvimento regional”, que terá como oradores Vieira da Silva, ministro da Economia, e António Mendonça, ministro das Obras Públicas. “Cultura como factor de desenvolvimento regional” será o segundo painel em debate, em que intervirão Rui Horta, dinamizador da associação cultural O Tempo e o Espaço, e João Carlos Santos, coordenador de conservação e restauro da



Direcção Regional de Cultura do Norte. Segundo a ordem de trabalhos, “Agricultura, ambiente e desenvolvimento regional” é o tema do terceiro painel, que contará com a presença de Rui

Barreiro, secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural, e Fernanda Carmo, secretária de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades.

O quarto painel, subordinado ao

tema “Administração do território e coesão nacional”, terá a participação de António Costa, presidente da Câmara Municipal de Lisboa, e Carlos Lage, presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvi-

mento da Região Norte.

À semelhança de edições anteriores, as jornadas serão encerradas pelo secretário-geral do PS e primeiro-ministro, José Sócrates. J. C. C. B.

Socialistas criticam extremismo do PSD com inquérito ao “Magalhães”

AO PROPOR a abertura de uma comissão de inquérito ao programa do computador “Magalhães”, o PSD envereda por uma via “radical, extremista e irresponsável”, denunciou o líder da bancada socialista, Francisco Assis, para quem esta iniciativa é “de todo em todo imprópria de um grande partido com vocação de alternativa de poder”.

Na sede do PS/Porto, Assis deu uma conferência de Imprensa na qual deixou claro que o GP/PS participará “em todas as comissões”, com o intuito de “contribuir para que haja a máxima transparência em todos os processos decisórios”.

“Agora, uma coisa é ter esta atitude e outra é verificar que o PSD está, de facto, a fazer uma campanha alicerçada na suspeita e na insinuação, atentando até contra o bom-nome das instituições e das pessoas”, ressaltou, responsabilizando o PSD por “tentar permanentemente enlamear a vida política portuguesa”, utilizando linguagem, suspeitas e insinuações com as quais o PS não pactuará.

O presidente do GP/PS salientou igualmente que “o Magalhães fez muito pela divulgação da sociedade da informação em Portugal”, facto pelo qual, venceu, a haver alguma investigação, “deveria ser para saber porque é que o PSD não fez cumprir a obrigação de os operadores de redes de telemóveis canalizarem verbas para a divulgação da sociedade de informação”.



OPINIÃO



ANTÓNIO LUÍS LOPES
Sociólogo

As perguntas feitas pelos membros da AM ao Presidente da CMS e respectiva vereação, sobre assuntos diversos da gestão camarária, terão que ter resposta dentro dos prazos definidos e as manobras dilatórias para que tal não suceda deverão ser clara e publicamente denunciadas

RUMOS PARA A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINTRA

A ASSEMBLEIA Municipal (AM) de Sintra é o parlamento dos cidadãos deste concelho. Assim, a par do seu papel de órgão fiscalizador da gestão camarária, deve ser espaço de debate, de reflexão, de cidadania.

A mudança de instalações da Assembleia Municipal de Sintra não é apenas uma necessidade há muito sentida - é uma exigência de participação. São muitos os sintrenses que acorrem às sessões da AM e não encontram condições minimamente dignas para assistirem às mesmas, quer pela exiguidade do espaço, quer pelas condições oferecidas (falta de lugares sentados, calor insuportável quando a sala está cheia, acumular de pessoas na única entrada para a sala onde decorrem as sessões, dificuldades de estacionamento na zona, etc). Os auditórios do C. C. Olga Cadaval têm todas as condições para efectuar essa mudança, com óbvios benefícios para os municípios e eleitos.

Mas não basta - há também que realizar determinadas sessões da AM em algumas freguesias do concelho, na eventual impossibilidade de realização em todas. Há que aproximar (na prática e não na mera retórica dos discursos da praxe) eleitos de eleitores, num concelho de grande dimensão territorial e diversidade de populações. Nada é impossível, basta querer - e esta é também uma exigência de cidadania.

A AM não deve limitar-se, igualmente, ao seu papel fiscalizador ou ficar condicionada pela "agenda" da "rotina" camarária. Cabe-lhe um papel relevante na realização de debates temáticos, convidando especialistas e municípios a intervir e, dessa forma, esclarecendo, discutindo, ajudando a construir soluções partilhadas. Mas também na fiscalização da actividade camarária o grau de exigência deve, necessariamente, aumentar, face a uma maioria de Direita que já dá claros sinais de querer "fechar-se" sobre si: as perguntas feitas pelos membros da AM ao presidente da CMS e respectiva vereação, sobre assuntos diversos da gestão camarária, terão que ter resposta dentro dos prazos definidos e as manobras dilatórias para que tal não suceda (como aconteceu, diversas vezes, no anterior mandato) deverão ser clara e publicamente denunciadas. Cabe também aqui um papel fulcral aos órgãos de Comunicação Social, que não raras vezes, nestes últimos oito anos, preferiram noticiar o "acessório" em vez do "essencial" - Sintra precisa como de pão para a boca de uma Imprensa que discuta, confronte os poderes estabelecidos, debata, dê voz a todas as correntes de opinião de forma equitativa e que rompa com o "círculo vicioso" das notícias sobre "comemorações" e "chás dançantes".

Constituindo-se como oposição em Sintra (e sendo o maior partido do Concelho) cabe ao PS um papel determinante na prossecução destes objectivos que, no essencial, mais não visam do que dar voz aos sintrenses, aprofundar a participação democrática dos municípios e exigir rigor e seriedade nas políticas traçadas.

Victor Freitas apresenta candidatura à liderança do PS/Madeira

INICIAR "um novo ciclo e unir o PS" é o objectivo de Victor Freitas, que lançou, no dia 25, oficialmente a sua candidatura à liderança do PS/Madeira. "Os cidadãos querem um PS de futuro, unido, forte, combativo, com um novo rosto, uma nova equipa, com um novo programa e estratégia, não desejam um regresso ao passado", disse.

"Queremos credibilizar o PS/Madeira com propostas e soluções para resolver os muitos problemas que atingem a sociedade madeirense e que o Governo Regional não resolveu, por não saber como resolvê-los ou por não ter tido vontade política", acrescentou.

Victor Freitas tem 38 anos, é militante do PS/Madeira desde 1993, foi líder da JS entre 1998 e 2002, é deputado no parlamento madeirense desde 2004 e foi secretário-geral, vice-presidente e líder parlamentar.

"Esta é a candidatura da mudança, da união e da esperança", realçou, referindo que pretende "mudar o ciclo político negativo que se iniciou em 2007 e recuperar os cerca de 20 mil cidadãos que deixar de confiar o seu voto ao PS-Madeira".

Victor Freitas defendeu que



a maior responsabilidade do partido "não é ser oposição à oposição", mas encontrar soluções para combater os problemas que assolam a Madeira e "são o sinal de um fim de ciclo governativo, político, económico e social". Hoje, frisou, "abrimos um novo ciclo no partido e em 2011 vamos abrir um novo ciclo na Madeira".

Victor Freitas enunciou ainda propostas que considerou serem "o alfa e ómega da nova democracia e autonomia que é preciso trilhar".

Entre estas estão uma nova proposta de Estatuto Politico-

Administrativo que dê meios às oposições no parlamento para exercerem a sua função, uma nova Lei Eleitoral para o parlamento madeirense que seja mais justa na transformação da vontade dos eleitores em mandatos, uma nova Lei de Finanças Regionais que tenha como critério a efectiva riqueza criada na região e a revisão da Constituição que conceda mais poderes legislativos à Madeira.

As eleições directas no PS/Madeira vão ter lugar na segunda semana de Janeiro, às quais também concorre Jacinto Serão. **J.C.C.B.**

Revista "Ops!" em livro

JÁ se encontra nos escaparates o livro que reúne os principais textos, depoimentos, entrevistas e reportagens, saídas no último ano na revista on-line "Ops!", edição que inclui ainda um CD.

A cerimónia de apresentação decorreu na livraria Círculo das Letras, em finais do passado mês de Novembro, a que assistiram muitos convidados, com todos os membros do corpo editorial presentes.

São diversos os temas abordados neste volume, designadamente as questões da educação, trabalho e sindicalismo, a crise financeira e o urbanismo e o fenómeno da corrupção.

Usando da palavra, Manuel Alegre lamentou que na sequência da actual crise financeira e económica, tenha sido sobretudo "a direita europeia" a beneficiar no plano eleitoral, tudo, disse, "por incapacidade de resposta da esquerda", quando os motivos da crise, "residem principalmente nos valores da direita".

"Toda a gente fala em debate de ideias" sublinhou ainda o antigo vice-presidente da Assembleia da República, para depois garantir que continua fiel ao pensamento de Antero de Quental e de António Sérgio, quando defendiam



"não ser possível renovar a política sem renovar as ideias".

A revista "Ops!" assume-se como uma das iniciativas editoriais de maior impacto político na última legislatura, tendo aberta alguma polémica e discussão à volta de temas tão significativos como os relacionados com o Código do Trabalho, ou as questões do ensino e da carreira profissional dos professores.

Para muitas das personalidades presentes, para além Manuel Ale-

gre, Henrique Neto, Nuno David, Alfredo Bruto da Costa, Helena Roseta, André Freire, João Ferreira do Amaral, Manuel Carvalho da Silva, Maria José Morgado, Pedro Tito de Moraes e Henrique Melo, o livro reveste-se de uma "inegável importância" já que congrega um conjunto alargado dos mais relevantes trabalhos publicados na "Ops!", com propostas sérias, inovadoras e actuais, designadamente ligadas às questões da corrupção ou do urbanismo. **R.S.A.**

Jantar de homenagem a José Miguel Medeiros

REALIZOU-se no passado dia 27 de Novembro um jantar de confraternização e de reconhecimento ao ex-governador civil de Leiria e ex-secretário de Estado da Protecção Civil, no XVII Governo Constitucional, José Miguel Medeiros, e que contou com a presença de mais de 700 convivas vindos não só do distrito de Leiria, mas um pouco de todo o país.

Foram várias as altas personalidades socialistas que marcaram presença neste encontro, com destaque para Mário Soares, Alberto Costa, Edite Estrela, José Lamego ou Rui Vieira, bem como vários presidentes das câmaras municipais do distrito, para além dos deputados socialistas Osvaldo Castro, Odete João e Jorge Gonçalves.

Feliciano Barreiras Duarte, ex-governante e ex-presidente da distrital do PSD de Leiria, também enviou uma mensagem, exaltando os combates que ambos travaram em nome dos seus partidos, em prol da região.

Outras figuras compareceram também ao jantar, como foi o caso do presidente da Liga dos Bombeiros Portugueses, Duarte Caldeira, Fernando Curto, da Associação Nacional dos Bombeiros Profissionais e Paulo de Jesus, da Associação Nacional dos Bombeiros Voluntários. Octávio Machado, conhecido treinador de futebol também esteve presente, como amigo pessoal e na qualidade de presidente dos Bombeiros Voluntários de Palmela.

Ao jantar compareceram ainda figuras de relevo da vida pública, política, cultural e empresarial do distrito, como Tomás Oliveira Dias, Ribeiro Vieira, Henrique Pinto,



Júlio Henriques, Cândido Ferreira, Rodrigues Marques, António Soares, Carlos Mota, Manuel Costa, Eduardo Jordão, João Lázaro, Anabela Graça, Joaquim Ruivo, Acácio de Sousa, Emília Pinto e José Manuel Carrilho, entre outros.

Mais de 50 personalidades da vida pública portuguesa, impossibilitados de estar presentes, associaram-se ao acto, enviando mensagens escritas, caso dos governantes José Junqueiro e Laurentino Dias, do eurodeputado Capoulas Santos, do presidente da AMI, Fernando Nobre, e da campeã olímpica Rosa Mota.

A nível regional e local, foram muitas as personalidades que se quiseram associar-se ao jantar de homenagem a José Miguel Medeiros, como foi o

caso do actual presidente da CM de Leiria, eleito nas listas do PS, Raul Castro, mas também Carlos André, ex-governador civil e presidente da Assembleia Municipal de Leiria, e ainda de Mário Diogo ou Luciano de Almeida, do Instituto Politécnico de Leiria.

Todas as intervenções sublinharam e exaltaram as qualidades de Miguel Medeiros, com realce para os seus atributos humanos, políticos e técnicos.

Usaram da palavra Júlio Henriques, ex-governador civil de Leiria, em nome dos organizadores e na qualidade de amigo pessoal, tendo explicado as razões daquela que considerou uma “justíssima homenagem” e as razões da sua realização, justificando, a propósito, que não se “trata de nenhuma

despedida mas sim de um incentivo e estímulo para que José Miguel Medeiros continue na vida política com o mesmo entusiasmo e empenho com que o fez até hoje”.

Para o edil da Câmara da Batalha, António Lucas, eleito nas listas do PSD, José Miguel Medeiros “nunca deixou que as opções partidárias lhe retirassem a lucidez, isenção e a capacidade de ouvir e ajudar a resolver as dificuldades”.

Já para o ex-ministro Alberto Costa, “estarmos na presença de um caso raro em que um político consegue ter afirmação nacional, sem perder peso regional e local”.

Antes do homenageado, usou da palavra Mário Soares, tendo o ex-Presidente da República e ex-se-

cretário-geral do PS, salientando que um jantar com aquele número de presenças “era algo que falava por si”, e que traduzia o reconhecimento que José Miguel Medeiros merece quer da região, quer do país em geral.

Para Soares, trata-se de um político de causas, que se guia por uma “ética republicana de valores” em que a seriedade, honradez e a capacidade de estar perto do povo “são marcas indiscutíveis e invulgares”.

Segundo o antigo Presidente da República, “estamos perante um político de grande envergadura”, que tem servido a região e o país “ao mais alto nível”, salientando que o seu percurso político é recheado de “seriedade, rigor, ética e capacidade” evidenciadas nas diferentes tarefas que tem desempenhado.

Por fim, o camarada José Miguel Medeiros, visivelmente emocionado, agradeceu a presença de todos e em particular a de Mário Soares, começando por assumir a sua condição de republicano e socialista e recordando o forte contributo familiar, “especialmente do meu pai”, na sua formação e naquilo que são os valores que orientam a sua intervenção cívica e política.

Referiu que é “fundamental actuar com a convicção de que estamos para servir e nunca para nos servirmos”, agradecendo a colaboração de todos os que com ele têm trabalhado ao longo da sua vida pública.

No final, José Miguel Medeiros realçou a necessidade de se dignificar a vida política, tendo apelado aos jornalistas para que ajudassem a valorizar aquela que considerou ser “a mais nobre das actividades públicas”. R.S.A.

Vieira da Silva indignado com violação do segredo de justiça nas escutas a Sócrates

AS ESCUTAS realizadas às conversas telefónicas entre José Sócrates e Armando Vara são “pura espionagem política” por tratar-se de uma “lamentável violação do segredo de justiça”, considerou, indignado, o ministro da Economia, Vieira da Silva, no passado dia 2, na Comissão de Assuntos Constitucionais da Assembleia da República, numa reunião requerida pela bancada do PSD.

Perante os deputados, o governante declarou que as suas afirmações durante a entrevista à Antena 1, no dia 13 de Novembro, relativas às escutas realizadas às conversas entre o primeiro-ministro e um dos arguidos no processo “Face Oculta”, foram feitas “com plena consciência”.

“Não foi uma gaffe, não foi um deslize, mas uma afirmação que fiz conscientemente”, declarou Vieira da Silva, manifestando ainda estar consciente das responsabilidades que tem enquanto membro do Governo e de dirigente partidário.



Lembrou, todavia, que as suas declarações à Antena 1 inserem-se no seu direito enquanto cidadão de “liberdade de expressão” e queixou-se pelo facto das suas palavras terem sido “truncadas”, contrapondo que essas afirmações foram

proferidas quando o jornal “Sol”, pela segunda vez, fez alusão a escutas em que um dos intervenientes é o primeiro-ministro, “mas dessa vez com algum detalhe sobre o conteúdo das escutas”.

“Manifestei a minha preocupação extrema sobre uma sequência de acontecimentos. Disse que existiram escutas em que intervém José Sócrates, expressando dúvidas sobre a correção procedimental dessas escutas. Nunca deixei de acrescentar dois outros aspectos: houve uma utilização dessas escutas para publicitação de notícias, não apenas sobre a sua existência, mas também sobre o seu conteúdo, numa das mais lamentáveis fugas ao segredo

de justiça que conheço em Portugal nos últimos anos”, sustentou.

De seguida, insurgiu-se contra o “aproveitamento político das notícias” e reforçou a ideia de que a sua intervenção objectivou-se numa

“sequência de factos”, pelo que rejeitou liminarmente ter responsabilizado algum sector em concreto.

“É falso que me estivesse a referir a qualquer nome em concreto. Eu referi-me a um processo, que é escutas, utilização de escutas, colocação das mesmas nos jornais em flagrante violação da lei, não apenas do segredo de Justiça, mas da lei e do Estado de Direito. Este processo é conduzido por quem? Não sei. Se eu soubesse dizia às autoridades”, declarou Vieira da Silva, considerando que a polémica expressão “não foi excessiva”.

Sobre se mantém a expressão que usou, Vieira da Silva respondeu: “mantenho tudo o que disse na entrevista à Antena 1 com todos os esclarecimentos que já dei”.

“Não sei quem é que transforma informação no âmbito do sistema judicial ou judiciário em notícias que permitem exploração política de uma forma deplorável”, disse, acrescentando sentir “indignação”.

Conselho de Ministros

Aprovadas medidas de incentivo à aquisição de carros eléctricos

O CONSELHO de Ministros do passado dia 3 de Dezembro aprovou um diploma sobre o regime de mobilidade eléctrica, o qual prevê um conjunto de incentivos fiscais e financeiros para os particulares e para as empresas que até 2012 venham a adquirir carros eléctricos.

O ministro da Economia, Vieira da Silva, anunciou que os particulares que venham a comprar automóveis movidos a electricidade, passarão de imediato a beneficiar de um subsídio de cinco mil euros para os primeiros cinco mil automóveis até ao final do ano de 2012.

A esta iniciativa, acrescentou ainda o titular da pasta da Economia, acresce um incentivo de 1500 euros contra a entrega de um veículo para abate.

Quanto às empresas, o Governo determinou que todas as que venham a apostar na compra deste tipo de veículos, o Estado dará “uma majoração de 50% em relação aos custos de aquisição em sede de IRC”, medida que terá efeito, como garantiu, já em 2010.

Também a Administração Pública, disse ainda o ministro da Economia, procederá à aquisição de veículos de demonstração e utilizará pelo menos 20% de veículos eléctricos



na renovação anual de toda a frota do Estado.

Vieira da Silva mostrou-se convicto que, com a entrada em vigor deste diploma, “vamos viver uma fase-piloto”, na qual, até ao final de 2012, passarão a existir 1300 postos de carregamento normal e

mais de 50 de carregamento rápido, estruturas que serão instaladas, como garantiu, “em 25 municípios do país” e cujo custo de funcionamento em termos de mobilidade “será inferior em cerca de um terço ao dos automóveis movidos a energias fósseis”.

Aumentos para as indemnizações compensatórias

Na mesma reunião foi aprovada uma resolução sobre as indemnizações compensatórias, dirigidas sobretudo ao sector dos transportes, no valor de 457,4 milhões de euros,

uma quantia que aumenta em cerca de 11% a importância face a 2008.

Como salientou no final da reunião o ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira, estas indemnizações compensatórias apontam para fazer face, nomeadamente ao encargo com o passe escolar, 15,8 milhões de euros, assegurando-se assim que estes serviços públicos são efectivamente prestados aos cidadãos, assumindo o Estado, através do Orçamento, parte do seu custo.

Segundo o titular da pasta da Presidência, na maioria dos casos as indemnizações “correspondem à prestação de contratos de serviço público que são celebrados entre o Estado e as empresas”.

Como realçou Silva Pereira, estas indemnizações destinam-se a recompensar as empresas pelas missões que prestam no âmbito do serviço público, o que significa que essas entidades, umas de cariz público, outras de natureza privada, são financiadas pelo OE, “exactamente porque concorrem para assegurar a prestação de serviços públicos”.

Acções que acontecem sobretudo, como frisou, na área dos transportes, mas também na comunicação social ou na cultura. **R.S.A.**

CULTURA PREPARA INCENTIVOS PARA ATRAIR VOLUNTARIADO

COM vista a estimular a prática do voluntariado cultural, o Governo vai criar “incentivos” atractivos, anunciou a ministra da tutela, Gabriela Canavilhas, ao intervir na abertura da exposição “Casa Perfeitíssima”, que celebra os 500 anos da Fundação do Mosteiro da Madre de Deus, em Lisboa.

Referindo-se ao Ano Europeu do Voluntariado, a governante aproveitou o facto de o mosteiro, actual Museu Nacional do Azulejo, ser fruto da “sensibilidade mecénica e cultural da Rainha D. Leonor” (mulher de D. João II) para evidenciar o carácter vital do mecenato empresarial na actualidade.

Gabriela Canavilhas sublinhou também a importância da “vivificação dos espaços históricos” e mostrou vontade de que as celebrações dos 30 anos do Museu Nacional do Azulejo, assinalados em 2010, contribuam para este objectivo e sejam um exemplo, dado “o seu bem sucedido programa de voluntariado”.

Integrar os museus e o património histórico na requalificação da zona ribeirinha de Lisboa foi ainda uma das vontades expressas pela ministra, que aludiu igualmente no seu discurso ao centenário da República, que se assinala no próximo ano.



Vão ser criados 2 mil estágios nas autarquias para jovens licenciados



O GOVERNO vai avançar, em conjunto com os municípios, com um programa de criação de dois mil estágios nas câmaras municipais para jovens licenciados desempregados.

O anúncio foi feito por José Sócrates no encerramento do XVIII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), que se realizou nos dias 5 e 6 de Dezembro, em Viseu, tendo declarado que este é mais um passo no sentido do combate ao desemprego, reconhecendo, contudo, que há “muito ainda a fazer no domínio

das ofertas de emprego”.

Problemática, aliás, a que o Executivo já começou a dedicar especial atenção, nomeadamente com a aprovação, logo que entrou em funções, de um programa de criação de cinco mil estágios na Administração Pública, o que, como acentuou, “acontece pela primeira vez”.

Para que este desafio agora colocado pelo Governo às autarquias não fique simplesmente pelas intenções, Sócrates garantiu que o secretário de Estado da Administração Pública e o secretário de Estado das Autarquias Locais vão reunir-se

com a direcção da ANMP, “por forma a que possamos conceber esse programa” e contar com o maior empenho das câmaras municipais no combate ao desemprego.

Para o primeiro-ministro, as autarquias locais há muito que são parceiros incontornáveis no processo de desenvolvimento e de modernização do país, designadamente em matéria de políticas públicas, cooperação essa que em sua opinião se traduz já hoje em alguns excelentes exemplos de uma colaboração sustentada entre o Governo e as autarquias locais. **R.S.A.**

Évora avança nas novas tecnologias

A ASSEMBLEIA Municipal de Évora (AME) transmitiu, no passado dia 27 de Novembro, de forma experimental, via Internet, a sua primeira reunião ordinária deste mandato.

Os cibernautas puderam assim assistir, em tempo real, à reunião daquele órgão autárquico, uma iniciativa que segundo o eurodeputado socialista e presidente da AME, Capoulas Santos “há muito que constitui uma preocupação dos eleitos do PS por este círculo eleitoral de forma a aproximar os eleitos dos eleitores”.

A iniciativa contou com a colaboração da Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo (ADRAL) e, nesta primeira fase pretendeu testar soluções tecnológicas entretanto cedidas por esta entidade. A transmissão ficou disponível em www.evora.net/ame.

O eurodeputado recorda a propósito que a Assembleia Municipal de Évora é pioneira desde 2001 da realização de reuniões descentralizadas nas freguesias rurais, o que muito



ajudou, desde então, a que “estas reuniões passassem a ter uma muito maior participação da população”.

Com este “salto tecnológico”, como o classifica, as reuniões da AME passam a estar ao “alcance de todos os municípios onde quer que eles se encontrem”.

Para Capoulas Santos, estas transmissões vão proporcionar que “todos de uma forma clara

e objectiva passem a saber quais os argumentos que estão por trás de cada uma das decisões”, o que se traduz num salto em frente, para uma participação mais democrática de todos na gestão do concelho.

Depois de ultrapassados os vários problemas tecnológicos, o presidente da AME garante que de futuro as reuniões passarão a ser generalizadas. **R.S.A.**

Deputados socialistas municipais em desacordo com a gestão da CDU em Sesimbra

OS ELEITOS do PS na Assembleia Municipal de Sesimbra manifestaram, no passado dia 27 de Novembro, na primeira sessão plenária deste mandato, o seu desacordo perante duas propostas apresentadas pela CDU.

Quer quanto ao empréstimo de longo prazo de 2,2 milhões de euros, proposto pela maioria comunista, quer em relação à proposta sobre o imposto municipal sobre imóveis, iniciativas conjuntas da CDU/PSD, os socialistas mostraram reservas e explicaram o sentido do seu voto.

Quanto ao primeiro ponto, os eleitos do PS lembram que no decurso da discussão, alertaram a câmara “para o peso que já começa a ser preocupante dos encargos com o serviço da dívida” que em 2010 “vai representar já 2,2 milhões de euros”.

Este cenário, sublinham anda os socialistas, corresponde “a cerca de 25% do total do investimento anual pago e a cerca de 5% do total das receitas do município”, embora reconheçam a “importância do investimento que se pretende fazer em três das escolas do concelho”.

Quanto ao imposto municipal sobre imóveis, os deputados do PS da AM de Sesimbra recordam que



nesta matéria as posições dividem-se. De um lado, a CDU e o PSD, que defendem a manutenção da taxa máxima, e, do outro lado, a posição defendida pelo PS e BE, partidos que propõem “perante o actual cenário de crise” que a câmara municipal opte antes “por reduzir as taxas”, como forma de ajudar a reanimar a economia local.

Para os eleitos do PS, o que é importante é “restabelecer a confiança e elevar a moral dos particulares, das famílias e das inúmeras pequenas e médias empresas locais”.

Por isso, o PS lamenta não ter conseguido demover a câmara liderada pela CDU a seguir pelo

caminho que lhe propõe, injectando na economia local um valor cujo impacto social “a todos parece óbvio” e que a ser prosseguido no futuro “acabaria por constituir um forte estímulo” a todos quantos apostam em Sesimbra, quer para viver, quer para trabalhar.

Contudo, salientam, o PS/Sesimbra obteve uma vitória, ao ter conseguido ver aprovada por 21 dos 24 deputados municipais, a recomendação à câmara para que actue de imediato, pressionando as entidades responsáveis para a necessária e urgente alteração dos coeficientes aplicados às avaliações dos imóveis localizados no concelho. **R.S.A.**

OPINIÃO



PEDRO RAMOS ALMEIDA
Jurista

O reforço e credibilização da acção das autarquias pode e deve passar por uma nova exigência na gestão de recursos, com mais eficácia e eficiência, a par da criação de mecanismos de fiscalização efectiva e de transparência nos processos de decisão

MAIS OPOSIÇÃO, MAIS CIDADANIA, MELHOR PODER LOCAL

VIVEMOS um tempo em que muito se reclama e se insinua sobre o funcionamento das instituições democráticas. Neste debate, o poder local não é excepção.

A soma de casos judiciais envolvendo autarcas desacredita, desprestigia e diminui a imagem e relevância públicas do trabalho autárquico. A tendência para juízos generalizadores por parte dos cidadãos é perigosa para a democracia e encontra-se iminente. Esta é, porventura, uma das razões para a complacência dos eleitores que legitimaram, democraticamente, o poder de autarcas condenados pela Justiça nas últimas autarquias.

Perante esta realidade, parece pois evidente que dos autarcas se deve esperar muito mais do que a obra que enche olho ou as páginas a cores do boletim informativo municipal. Melhor poder local não pode passar simplesmente por uma reivindicação «sindical» de mais receita ao Estado e realização de mais despesa. O reforço e credibilização da acção das autarquias pode e deve passar por uma nova exigência na gestão de recursos, com mais eficácia e eficiência, a par da criação de mecanismos de fiscalização efectiva e de transparência nos processos de decisão.

Apesar do fracassado acordo para alteração da legislação autárquica, a nova lei das finanças locais aprovada na última legislatura constitui um contributo valioso nesse sentido e a vanguardista Reforma do Parlamento liderada pelo PS, que ampliou os poderes das oposições, um exemplo de ética republicana a seguir.

Persistem, ainda assim, inegáveis más práticas que, contribuindo para a opacidade, desconfiança e enfraquecimento democrático do poder local, merecem reflexão. Será possível que haja Presidentes de Câmara neste país que, fazendo uma interpretação restritiva da lei, continuem a «atirar» os Vereadores da oposição, sem pelouros, para espaços de trabalho de quase clandestinidade, sem apoio técnico e logístico? Como podem Vereadores nestas condições, ou mesmo membros de Assembleia Municipal da oposição, necessitando de compatibilizar a actividade autárquica com a sua vida profissional, analisar opções orçamentais e propostas políticas com o devido rigor e seriedade? Em plena era digital, será aceitável que os documentos, em que se incluem ordens de trabalho ou propostas de deliberação, circulem nos órgãos autárquicos de modo restrito e sem fácil acesso ao público?

O sucesso de uma gestão autárquica não dependerá certamente de expedientes criados por alguns Presidentes de Câmara, ao abrigo de omissões legais, para boicotar o trabalho de fiscalização das oposições e dificultar o escrutínio dos cidadãos. Um bom Presidente de Câmara, aquele que não deve nem teme, sabe que a sua autarquia só tem a ganhar com uma oposição vigilante e competente, e com a participação exigente dos cidadãos. Porque o poder pelo poder não serve para nada!

Reforçar o sistema de protecção das vítimas de violência doméstica

EM 2009 já morreram 26 mulheres vítimas de violência por parte de agressores que, na maioria dos casos, eram seus ex-companheiros, uma realidade que reforça a necessidade de aprofundar estudos sobre este flagelo, com vista a melhorar a eficácia do sistema de justiça na protecção das pessoas em risco, afirmou Catarina Marcelino, presidente do Departamento Federativo de Mulheres Socialistas de Setúbal, por ocasião da apresentação dos primeiros resultados do estudo realizado no âmbito do Projecto Rebeca, da Associação Portuguesa de Mulheres Juristas.

NA SESSÃO pública que teve lugar, no passado dia 24 de Novembro, na Biblioteca Municipal de Setúbal e cuja moderação esteve a cargo de Raul Tavares, do Movimento Homens Contra a Violência, Catarina Marcelino salientou a importância de estudos como o das Mulheres Juristas, “para que haja um conhecimento objectivo e apurado da realidade da aplicação da lei e da punição do crime”.

Na ocasião, a líder das Mulheres Socialistas de Setúbal fez referência também à nova “Lei da Violência”, destacando que o diploma vem sistematizar um conjunto de legislação sobre a matéria, prevendo o estatuto de vítima e a possibilidade de detenção do agressor fora do flagrante delito, o que, nestas situações é – considerou – “fundamental para a protecção das mulheres e das crianças”.

Catarina Marcelino concluiu a sua intervenção dizendo que a realização de mais e mais profundas análises sobre violência doméstica evidenciará, ainda, numa perspectiva preventiva, a “necessidade de trabalhar com as crianças e os jovens na senda da construção duma sociedade mais igualitária livre de violência”.

Por sua vez, Rita Braga da Cruz, coordenadora do Projecto Rebeca, apresentou o relatório dos primeiros resultados do estudo da Associação Portuguesa de Mulheres Juristas relativos à análise da tramitação de 20 processos-crime em que foram ofendidas mulheres acolhidas em casas abrigo.

Uma das primeiras conclusões desta análise diz respeito ao tempo demasiado longo de inquérito, que é de mais de dez meses na maioria dos casos e que chega a 14 meses



em oito das situações estudadas.

Esta primeira conclusão vem chamar a atenção para o facto das mulheres, durante o período de inquérito, estarem em maior risco de nova agressão.

Por outro lado, as medidas de coação aplicadas, nos processos analisados, foram, na maioria dos casos, termo de identidade e residência, sendo o afastamento do agressor decretado apenas aquando da dedução de acusação.

Deste modo e considerando o facto de que a média de tempo dos inquéritos era de 12 meses, as

vítimas andavam “fugidas” durante este período demasiado longo e penoso.

Assim, a nova Lei da Violência, em vigor desde Setembro deste ano, possibilita a redução do período de inquérito (uma vez que o crime em questão passou a ter natureza de urgência), agilizando prazos e actos processuais, permitindo ainda que o agressor seja detido fora de flagrante delito se houver perigo de continuidade da actividade criminosa ou se for imprescindível para a protecção da vítima e permite ainda que o tribu-

nal, após a constituição de arguido por crime de violência doméstica, aplique uma medida de coação no prazo máximo de 48 horas.

De referir, por último, que na sessão pública de Setúbal estiveram presentes magistradas, advogados, técnicas e dirigentes de ONG’s e Casas Abrigo, como a UMAR e a SEEIS, cujos contributos e experiências enriqueceram a discussão, ficando claro para os presentes que é necessário trabalhar em articulação e em rede, visando dar uma melhor resposta às mulheres que procuram apoio. **M.R.**

Doentes em lista para cirurgia com acesso a tempo de espera

OS UTENTES do Serviço Nacional de Saúde que se encontram em lista de espera para cirurgia vão poder conhecer o tempo previsível para serem operados, assegurou a ministra Ana Jorge, durante a primeira audição na Comissão Parlamentar de Saúde, onde esteve com os secretários de Estado Manuel Pizarro e Óscar Gaspar.

A governante explicou aos deputados que os doentes terão de se registar através do portal de saúde (www.portaldasauade.pt) para obterem uma senha que lhes possibilitará consultar a sua posição na lista de espera e o tempo previsível para a realização da respectiva cirurgia.

Nesta lista estão inscritos, com indicação para intervenção cirúrgica, cerca de 170 mil doentes, informou a ministra à margem da audição, avançando que este sistema entrará em vigor no final do mês.

Durante a audição, requerida pelo PSD e CDS-PP, a ministra disse que é preciso “continuar a trabalhar na redução do tempo de espera cirúrgico para as neoplasias malignas” e respondeu a várias perguntas dos deputados sobre as principais linhas de actuação política e legislativa que o Governo pretende executar



na área dos cuidados de saúde primários e continuados.

Face às preocupações expressas no que diz respeito aos muitos portugueses que ainda não dispõem de médico de família, Ana Jorge reconheceu que, apesar da reforma dos

cuidados de saúde primários estar “no bom caminho”, os números alcançados são ainda insuficientes, no que respeita às Unidades de Saúde Familiar (USF) e Unidades de Cuidados na Comunidade.

Quanto à alegada desaceleração do ritmo

de implantação das USF, a titular da pasta da Saúde lembrou que o objectivo é chegar a 2013 com todo o território nacional coberto pelas referidas unidades.

“Há 212 USF em funcionamento, mais 320 mil pessoas com médico de família, 1520 médicos e 1540 enfermeiros a prestar serviço em Unidades de Saúde Familiar”, disse Ana Jorge, frisando de seguida que “estes números são ainda insuficientes, mas demonstram que a ambição da meta que traçámos para 2013 está ao nosso alcance”.

Sobre a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, a ministra afirmou que permitirá uma melhor gestão dos cuidados, com mais capacidade para as situações agudas, nomeadamente cirurgias, facilitando a redução das listas de espera cirúrgicas.

E acrescentou haver carência de equipas nos Agrupamentos de Centros de Saúde para apoio domiciliário.

“Há também uma deficiente resposta aos doentes que necessitam de cuidados paliativos”, informou, adiantando que, às cerca de quatro mil camas disponibilizadas pela rede a partir do final deste ano, se somarão mais dez mil nesta legislatura.

Comunidade Ibero-Americana

Uma voz no plano internacional

A inovação e o conhecimento, a reforma das instituições financeiras internacionais e o empenho no combate às alterações climáticas foram os três tópicos centrais da XIX Cimeira Ibero-Americana, que decorreu nos dias 30 de Novembro e 1 de Dezembro, no Estoril. A questão associada à situação política nas Honduras marcou também esta reunião.



MARY RODRIGUES

SEGUNDO destacou o primeiro-ministro português, José Sócrates, na sessão de encerramento do evento que reuniu representantes dos 22 países ibero-americanos, estes temas-chave são, ao mesmo tempo, “as questões de actualidade política mundial mais importantes”.

Assim sendo, congratulou-se pelo facto da reunião do Estoril ter definido uma agenda de futuro que coloca a inovação e o conhecimento no centro das políticas públicas e integra a resposta à crise económica e o combate às alterações climáticas.

José Sócrates falava na conferência de Imprensa final da XIX Cimeira Ibero-Americana e caracterizou a definição dessa agenda como “o ponto principal das conclusões” da reunião, expressas na Declaração de Lisboa e no Plano de Acção.

No que diz respeito à economia, sublinhou que as conclusões do Estoril reconhecem a necessidade de reformar as instituições internacionais para “dar mais segurança e mais confiança aos cidadãos mundiais”.

Em termos ambientais, congratulou-se pelo “compromisso visível em todas as intervenções dos chefes de Estado e de Governo ibero-americanos” no sentido de lutar por um acordo em Copenhaga que se traduza de forma justa no que toca aos mecanismos de financiamento para a redução de gases com efeito de estufa.

Na sua intervenção, Sócrates, igualmente satisfeito pelo facto da cimeira ter terminado com “orientações bem claras” para as políticas públicas em torno dos eixos da inovação e do co-

nhhecimento, o tema formal da reunião do Estoril, defendeu que a aprovação pela Comunidade Ibero-Americana de uma declaração sobre as Honduras, sem objecções de nenhuma das delegações, foi “uma vitória política” desta cimeira.

Refira-se que a declaração apresentada pela presidência portuguesa condena o golpe de Estado de 28 de Junho que depôs o Governo de Manuel Zelaya e apela para um diálogo nacional, reconhecendo a legitimidade de Zelaya até ao fim do seu mandato, que termina já em Janeiro.

Logo no discurso no acto inaugural da XIX Cimeira Ibero-Americana, o primeiro-ministro alertara para a necessidade de todos os países tirarem “as devidas lições” da “mais grave crise” dos últimos 80 anos, agora que há sinais do início da retoma económica.

E defendeu ser preciso e urgente “construir instituições e dispositivos à escala internacional que permitam uma regulação eficaz do sector financeiro” e impeçam “a repetição do triunfo da especulação de curto prazo sobre as necessidades da economia real”.

Falando perante os chefes de Estado e de Governo ibero-americanos, José Sócrates disse ainda acreditar que todos estarão à altura dos desafios que são colocados, num momento em que “a comunidade Ibero-Americana é uma voz cada vez mais ouvida no plano internacional”.

Por último, Sócrates fez notar que a cimeira terminava no “exacto dia” em que entrava em vigor o Tratado de Lisboa, “que regulará o futuro da União Europeia”.

Ao longo de dois dias de trabalhos na XIX Cimeira Ibero-Americana, os líderes das 22 delegações integrantes assinaram 13 comunicados especiais.

Assinados 13 memorandos

Os chefes de Estado e de Governo ibero-americanos concordaram em dar prioridade à inovação e ao conhecimento nas estratégias de desenvolvimento dos seus países, “conscientes de que estes são instrumentos fundamentais para erradicar a pobreza, combater a fome e melhorar a saúde das populações, bem como para alcançar um desenvolvimento regional sustentável”.

Em relação à questão da crise económica e financeira internacional, acordaram “apoiar o aumento substancial de capital do Banco Interamericano de Desenvolvimento e do Banco Mundial para assegurar que contam com recursos suficientes” para financiar o desenvolvimento.

Dedicaram igualmente especial atenção ao combate à corrupção, acentuando que ela “continua a ser uma ameaça à coesão social, o que torna indispensável aumentar a cooperação entre os países da comunidade para fortalecer os esforços nacionais, regionais e internacionais que assegurem a eficácia das medidas e acções para prevenir, penalizar e erradicar os actos de corrupção”.

E reiteraram o apoio “às propostas do alto representante do secretário-geral das Nações Unidas para a Aliança de Civilizações, Jorge Sampaio, no sentido de reforçar a consolidação do alcance global da organização e da sua perspectiva universal, com o aprofundamento de seu equi-

Parceria na área das energias renováveis

À margem da XIX Cimeira Ibero-Americana, os chefes de Governo de Portugal e do Chile assinaram dois memorandos de entendimento sobre cooperação no domínio das energias renováveis e “para o estabelecimento de um mecanismo de consultas políticas sobre temas de interesse mútuo”.

Troca de informações tributárias

Também com Andorra, Portugal assinou um acordo para troca de informações tributárias.

Os primeiros-ministros José Sócrates e Jaume Bartomeu assinaram ainda um memorando de entendimento para um acordo que evite a dupla tributação.

Ensinar português na América Latina

Ficou igualmente oficializado um compromisso entre Portugal e o Brasil, tendo em vista preparar professores para ensinarem português na América Latina.

Os docentes formados vão ensinar o idioma de Camões “nos sistemas educativos dos países que definiram ter o português como língua estrangeira de aprendizagem obrigatória, ou de ensino bilingue espanhol-português”.

líbrio regional no que se refere à América Latina e Caraíbas, à África e à Ásia”.

Da reunião do Estoril saiu também, expressa em comunicado conjunto, uma condenação “enérgica” do sequestro de três cooperantes espanhóis da ONG Barcelona Acción Solidaria, na Mauritânia, exigindo a sua libertação imediata, solidarizando-se com o Governo e com o povo de Espanha, bem como com os familiares das vítimas.

Noutro documento, os líderes ibero-americanos renovam o pedido ao Governo norte-americano para que ponha fim ao embargo económico, comercial e financeiro que mantém contra Cuba desde 1962, divulgando ainda outras declarações especiais, uma das quais augurava “ao povo da Bolívia o maior êxito” nas eleições gerais que tiveram lugar passado dia 6, e reafirmam também o compromisso de “combater o terrorismo em todas as suas formas e manifestações”.

Comprometeram-se ainda a cooperar para um acordo “amplo, ambicioso e equilibrado” na conferência sobre o clima em Copenhaga, insistindo que esse texto deve garantir apoios financeiros para países em desenvolvimento.

Finalmente, os países que participam na cimeira do Estoril manifestaram a sua satisfação pela candidatura de Portugal e de outros países ibero-americanos a um lugar de membro não permanente do Conselho de Segurança da ONU para o biénio 2011-2012, nas eleições a realizar em Outubro do próximo ano.

De referir, por último, que a próxima Cimeira Ibero-Americana realiza-se, em 2010, na cidade de Mar del Plata, Argentina, e será dedicada à educação e à inclusão.

OPINIÃO



JOSÉ REIS SANTOS

www.twitter.com/josereissantos
www.lojadeideias.blogspot.com
www.sabado.pt/Blogues/
Blog-de-Esquerda

E para que a política exista ao nível europeu é necessário romper com a tradição do consenso e do «bloco central», e introduzir dinâmicas partidárias e ideológicas consistentes e vinculativas

NOVA LISBOA

LISBOA voltou a entrar no léxico europeu. E desta vez para definitivamente ficar. Já se falava da Agenda e da Estratégia de Lisboa. Hoje fala-se do Tratado. Em ambos os casos a capital portuguesa é associada a modernidade, competitividade e progresso. Em ambos os casos foram governos socialistas que forjaram a nomenclatura que vincula a Europa a objectivos ambiciosos e exigentes. Curiosamente. Esta é, aliás, uma marca que facilmente se associa às governações socialistas, primeiro com António Guterres, e agora com José Sócrates: uma presença estratégica no panorama internacional, sempre defendendo o progresso social europeu e modelos de desenvolvimento sustentado; colocando no caminho o bom nome de Portugal na boca do mundo e retirando evidentes dividendos destas intervenções. Muito diferente dos cafés que a direita servia nos Açores a Bush e Aznar... adiante.

Dizia então que o Tratado de Lisboa entrou em vigor. É um Tratado que dotará a Europa de uma rede institucional mais eficaz e democrática. Eficaz no sentido em que se simplificaram e aligeiraram os processos de decisão no seio do Conselho Europeu, alargando-se as áreas onde são necessárias apenas maiorias qualificadas para se tomarem decisões; e democrática porque o Parlamento Europeu - órgão directamente eleito pelos cidadãos - verá os seus poderes reforçados, intervirá com mais frequência e em mais áreas, e terá um papel decisivo no orçamento da União.

O tratado traz ainda outras novidades, e, de entre elas, a mais significativa é a criação do cargo de alto representante para os Negócios Estrangeiros e Política de Segurança, que poderá ser a voz da Europa no mundo (o tal número de telefone que Kissinger tantas vezes clamava por). A Europa terá ainda, e pela primeira vez, personalidade jurídica própria - o que lhe permitirá assinar tratados internacionais, por exemplo - e um corpo diplomático autónomo com recursos à disposição.

Foi então já sob estas novas disposições que se preencheram os dois novos cargos institucionais agora criados. Herman Van Rompuy, até recentemente Primeiro-ministro Belga, foi eleito pelos Estados-membros para exercer a função de presidente do Conselho Europeu; e Catherine Ashton, na altura comissária europeia e ex-ministra britânica, para alta representante para os Negócios Estrangeiros e Política de Segurança.

No entanto, e apesar de alguns "avanços", se o recente passo institucional não for acompanhado por uma alteração da atitude política perante os assuntos europeus, a Europa continuará distante, burocrática e aristocrática. Falta à Europa uma vida política interna energética e vibrante. E para que a política exista ao nível europeu é necessário romper com a tradição do consenso e do "bloco central", e introduzir dinâmicas partidárias e ideológicas consistentes e vinculativas.

É neste sentido interessante apreciar o papel que o Partido Socialista Europeu tem procurado ter na construção de uma realidade política partidária transnacional efectiva e eficaz. Foi nítida a preocupação de construir um discurso sólido, coeso e vinculativo para as eleições europeias (visível no Manifesto europeu) e, apesar de os resultados não terem correspondido, essa aposta - como a no projecto dos PES activists - terá certamente resultados positivos no futuro.

Portugal nesta, como noutras matérias, tem estado na linha da frente. Recentemente foi promovida uma acção de intercâmbio eleitoral organizada pelo PES activists Portugal onde foram convidados duas dezenas de activistas europeus a visitar o país em pleno duplo período eleitoral; vamos ter uma delegação com cerca de uma dezena de activistas no próximo Congresso do Partido Socialista Europeu (a decorrer entre 6 e 7 de Dezembro, em Praga); e está a ser criada, no âmbito da FAUL, uma secção temática dedicada aos temas europeus (secção "Europa & Activismo / PES activists Portugal"), secção que prepara, aliás, um *roadshow* exactamente sobre o Tratado de Lisboa (a decorrer nas concelhias da Federação de Lisboa no início de 2010).

José Sócrates tem sabido, com a visão e a determinação que o define, confeccionar para Lisboa um sinónimo de modernidade progressista que esperamos que corresponda à Europa de 2020; mas, apesar de ser verdade que o novo tratado de Lisboa introduz alterações potencialmente importantes e significativas, nada terá efeito se a atitude dos principais actores políticos não se adequar a estas intenções. Mais democracia, eficácia e transparência anuncia-se com a nova Lisboa. Mais democracia, eficácia e transparência pede-se. É esse trabalho que a "Nova Lisboa" pede. É esse trabalho que faremos, estou certo.

Tratado de Lisboa

Um novo começo no processo de construção europeia



A entrada em vigor do Tratado de Lisboa, no passado dia 1 de Dezembro, é "um novo começo" no processo de integração europeia, afirmou o primeiro-ministro, José Sócrates, porque, frisou, reforça as regras de transparência, controlo democrático e eficácia na tomada de decisões no seio da União Europeia.

J.C. CASTELO BRANCO

FALANDO cerimónia realizada junto à torre de Belém, que assinalou a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, assinado na capital portuguesa a 13 de Dezembro de 2007, e ratificado pelos 27 Estados-membros, José Sócrates classificou o dia 1 de Dezembro como mais uma das datas fundamentais do projecto europeu e recordou a "história de sucessos" do processo de integração europeia, em que cada Tratado "é sempre a oportunidade para um novo começo" e para reforçar laços e afirmar "a vontade comum de prosseguirmos com o projecto europeu".

Numa intervenção centrada essencialmente no futuro da União Europeia, agora dotada de "um novo quadro institucional, mais forte e mais apto para decidir, Sócrates considerou que "o novo começo" do processo de integração europeia agora iniciado com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa os 27 poderão agora centrar-se naquilo que "faz a diferença" ou seja, os direitos e deveres dos cidadãos e o conteúdo das políticas.

Assim, o chefe do Governo português defendeu que este é também um novo começo de "aposta no multilateralismo", com uma

Europa "capaz de dialogar numa base de igualdade com as várias regiões e países e na primeira linha da reforma das organizações internacionais" e ainda de "assunção de novas responsabilidades no mundo, em prol da paz, da segurança, da estabilidade e do desenvolvimento".

Mas também, acrescentou, "um novo começo, para uma regulação mais justa da globalização e para a afirmação da sensibilidade europeia. Um novo começo, enfim, para uma Europa mais forte na afirmação dos valores europeus".

No seu discurso, José Sócrates fez questão de reiterar que "para Portugal o projecto europeu é um pilar fundamental e permanente da sua política externa e do seu projecto de modernização e de desenvolvimento, orgulhando-se de ter o nome da sua capital associado ao novo Tratado da União".

O primeiro-ministro referiu ainda que "para várias gerações de europeus, e para a minha geração em particular, o projecto europeu foi sempre o projecto político mais generoso, mais importante e mais inspirador do nosso tempo histórico". Por isso, frisou, "foi para mim uma honra ter tido a rara oportunidade de servir a Europa, o seu projecto de

integração, o ideal europeu".

Outro dos oradores da cerimónia comemorativa da entrada em vigor do Tratado, que contou com a presença das mais altas individualidades portuguesas e comunitárias, foi o anfitrião, o presidente da Câmara de Lisboa, António Costa, que manifestou "orgulho por ver o nome de Lisboa emparceirar com Roma, Maastricht, Amesterdão e Nice, como marco decisivo na construção do projecto europeu".

Lembrando, como Fernando Pessoa, que "do Tejo se vai para o mundo", António Costa referiu que o Tratado é o início de "uma nova grande viagem, que tem Lisboa como ponto de partida".

Usaram ainda da palavra na cerimónia o Presidente da República, Cavaco Silva, o presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, o presidente do Parlamento Europeu, Jerzy Buzek, o primeiro-ministro sueco e presidente em exercício da UE, Fredrik Reinfeldt, o presidente indigitado da UE, Herman Van Rompuy, e o chefe do Governo Espanhol, José Luís Rodríguez Zapatero, que manifestaram votos de esperança e de confiança no Tratado de Lisboa, que marca uma nova fase da construção europeia.

De referir ainda que a cerimónia arrancou com o "Hino à Alegria" e encerrou com temas do álbum "Mãe", de Rodrigo Leão, acompanhado pela Orquestra Metropolitana de Lisboa. Por fim, já fora da tenda em que decorreu a cerimónia, teve lugar um fogo-de-artifício que encerrou mais este virar de página na construção de uma Europa mais forte e perto dos cidadãos.

Portugal na vanguarda da sofisticação, do e-Government e das TIC

O PRIMEIRO lugar do ranking europeu da disponibilização e sofisticação dos serviços públicos on-line é ocupado por Portugal, destaca a newsletter informativa da Coordenação da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico (PT), no seu número de Novembro, citando o recente relatório “Smarter, Faster, Better e-Government” da Comissão Europeia.

Este documento, entre outros relatórios internacionais que apontam, inequivocamente, para os progressos da agenda de modernização da sociedade portuguesa, salienta que o nosso país conseguiu atingir o score máximo (100%) no nível de disponibilidade dos seus serviços públicos na Internet e no nível de sofisticação.

Este facto vem confirmar que Portugal se assume, na Europa, como uma referência no Governo Electrónico, com os resultados a evidenciarem ainda o impacto positivo das medidas do Plano Tecnológico dirigidas à modernização administrativa, nomeadamente no que respeita ao Programa Simplex.

A newsletter refere também que o relatório “Broadband access in the EU”, de Novembro destaca Portugal por registar a terceira maior taxa de penetração de banda larga móvel da União Europeia.

O valor apresentado para o nosso país, reportado a 1 de Julho de 2009, situa-se nos 10,8%, acima da média da UE, que se fica pelos 4,2 pontos percentuais.

Neste aspecto, assinala-se igualmente os últimos dados divulgados pela Anacom, reportando que o número de clientes de Banda Larga em Portugal, fixa e móvel,



atingiu, no final do terceiro trimestre de 2009, o valor de 49,4 por 100 habitantes.

Estes dados agora publicados pelo regulador português, confirmam a tendência crescente da adesão dos portugueses a serviços de acesso à Internet através da tecnologia móvel e demonstram claramente que, em apenas dois anos, este tipo de acessos cresceu 191%.

De referir também que os dados relativos ao “Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias 2009”, indicam que 46% dos agre-

gados familiares portugueses possuem acessos em Banda Larga.

Esta evolução significativa nos níveis de posse e utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) pela população portuguesa reflectem os bons resultados das políticas do último Governo dirigidas à qualificação para a Sociedade do Conhecimento, um dos pilares do Plano Tecnológico, políticas essas que continuarão a merecer a prioridade do Governo que agora iniciou funções, conforme tem sido assegurado pelo primeiro-ministro e por responsáveis da tutela. **M.R.**

Ministro da Agricultura anuncia novas medidas de ajuda ao sector

ANTÓNIO Serrano, anunciou, em conferência de Imprensa, que já estão prontas algumas das medidas excepcionais de apoio aos agricultores, designadamente o Regime de Pagamento Único, o Programa de Desenvolvimento Rural e outros de combate à crise.

Em relação ao primeiro ponto, o governante garantiu, tal como tinha publicamente assumido no passado dia 19 de Novembro, que o Ministério da Agricultura pagou já 295,4 milhões de euros a mais de 150 mil agricultores, tendo ficado excluídos deste primeiro pagamento apenas cerca de 10 mil agricultores “devido a mecanismos de controlo”, mas que serão pagos “muito em breve”.

No Programa de Desenvolvi-



mento Rural (Proder), o titular da pasta da agricultura, depois de garantir que a autoridade de gestão deste programa vai arrançar muito brevemente, sublinhou contudo que o ponto da situação está feito, recordando, a propósito, já ter enviado para o Parlamento

a respectiva e actualizada tabela informativa.

Finalmente, no que toca ao último ponto, António Serrano informou que o seu Ministério está a preparar um pacote de medidas anti-crise, na qual está contemplada “a criação de uma nova linha de crédito de médio prazo para o sector”, que será estendida à pecuária e à cortiça, no valor de 50 milhões de euros, e cujo objectivo é “garantir as mesmas condições que foram dadas ao sector do leite”.

António Serrano recordou por fim já terem sido pagos até agora perto de 14% dos cerca de 4500 milhões de euros disponíveis, sendo que o objectivo agora é ter as candidaturas todas aprovadas até ao final do próximo ano. **R.S.A.**

OPINIÃO



MIGUEL FREITAS
Deputado do PS

Mas há uma outra causa de que o país precisa. A regionalização. No que representa de maior responsabilização e proximidade aos cidadãos na decisão política. Mas, também, no impulso que dará a uma “verdadeira” reforma da administração do Estado

AS CAUSAS DE QUE O PAÍS PRECISA

PORTUGAL está tristonho, temeroso, confuso com notícias sucessivas de uma crise que é económica, mas é também ética, com défices impensáveis, endividamento e desemprego a subir, casos da justiça, pobreza resiliente, desnorte na política.

Portugal precisa de novas causas. É certo que o desemprego e o défice marcarão a agenda. A economia real requer respostas rápidas e eficazes. A política social é uma prioridade, no combate às desigualdades e na defesa dos direitos dos mais desfavorecidos. O combate à corrupção não deve ser adiado, mas deve ser cuidado. A agenda da inovação e da qualificação é a que perdura.

Na última legislatura, o Partido Socialista governou com causas, com ideias claras e coerentes. Crescimento económico e sustentabilidade da Segurança Social, Plano Tecnológico e choque energético, reforma da escola pública e Novas Oportunidades, melhoria do acesso aos cuidados de saúde e mais e melhores cuidados continuados, apoio às famílias e combate à pobreza através do Complemento Solidário para Idosos. E ganhou o combate pela Interrupção Voluntária da Gravidez.

Todas estas ideias mantêm-se válidas. Mas é preciso um novo estímulo.

Sabemos que muito depende da evolução da situação económica mundial. Que crescimento económico e sustentabilidade das contas públicas serão agora mais importantes que antes. Por isso, as escolhas são agora ainda mais determinantes.

Se eu tivesse que escolher uma ideia, uma causa mobilizadora para o país, escolhia o combate às alterações climáticas. Combate este que não se esgota na “agenda de carbono”, nem se reduz ao choque energético. Tem outras dimensões. A dimensão do território, da desertificação e da preservação das zonas costeiras. Da política de conservação da natureza, da política agrícola e florestal. A dimensão das infra-estruturas e da mobilidade. A política de cidades, de habitação, de transportes. O novo paradigma tecnológico e uma orientação clara para as políticas de Investigação e Inovação. A educação, de famílias e de empresas, para o uso de tecnologias mais baratas, inteligentes e eficazes. Uma política fiscal que favoreça opções “amigas do ambiente”.

Mas há uma outra causa de que o país precisa. A regionalização. No que representa de maior responsabilização e proximidade aos cidadãos na decisão política. Mas, também, no impulso que dará a uma “verdadeira” reforma da administração do Estado. O debate sobre a regionalização deve ser entendido como um diálogo, com os cidadãos, sobre as linhas de mudança a imprimir a todo o sistema político, começando, desde logo, pelo sistema a implementar nas regiões. Fazer mais com menos custos. O país só pode ganhar com a regionalização.

A pensar no presente e no futuro do país há ainda uma outra causa a que chamaria “compromisso Novas Gerações”. Uma política de natalidade mais apelativa, a universalização do pré-escolar, a continuidade na reforma da escola pública que favoreça o rigor e a inclusão, o ensino obrigatório até ao 12º ano, um ensino superior de banda larga, que favoreça a cooperação, a mobilidade de professores e estudantes, a criatividade. E políticas que estimulem o empreendedorismo e a integração no mercado de trabalho dos jovens.

Não me esqueço do casamento entre pessoas do mesmo sexo. Este é um imperativo de uma sociedade que quer vencer todas as discriminações.

O PS deve estar em condições de protagonizar estas novas causas e dar uma nova esperança a Portugal.

EDITORIAL



O GRANDE COMBATE DO PS

JORGE SEGURO SANCHES
Director

1. Apesar de se antever a luz ao fundo túnel, Portugal, a Europa e o Mundo continuam a viver tempos marcados pelos efeitos da crise financeira e económica global.

O efeito mais evidente e doloroso da crise é o do desemprego que, em Portugal, e segundos dados do Gabinete de Estatística da União Europeia, publicados a 1 de Dezembro, ultrapassou os 10,2% (estava nos 7,9% precisamente há um ano) e o que é inédito em Portugal desde 1983.

Este dado, comparativo com o que sucedeu há um ano, permite-nos concluir que houve um aumento da taxa de desemprego em todos os Estados-membros da União Europeia, com destaque para os aumentos mais elevados que foram assinalados na Letónia (de 9,1% em Outubro de 2008 para 20,9% em Outubro de 2009) e na Lituânia (de 4,8% para 13,8%).

Por outro lado, a nossa vizinha Espanha, o nosso principal parceiro comercial, sofre hoje uma taxa de desemprego superior a 19%, o que não deixa de ser preocupante, especialmente quando as duas economias estão tão interligadas entre si.

2. Tendo-se realizado eleições legislativas em Portugal há pouco mais de dois meses, os portugueses esperariam de quem os representa uma atitude responsável e de respeito para com as regras democráticas.

O PS e o seu secretário-geral, José Sócrates, ao terem vencido as eleições de 27 de Setembro, assumiram o encargo constitucional de depois de indignação do Presidente da República, de formar governo e de governar de acordo com o programa que apresentaram aos portugueses. Não o fizeram de forma a não interpretar os resultados eleitorais e por isso questionaram cada um dos partidos representados na Assembleia da República para saber da possibilidade de entendimentos pós-eleitorais. De todos a resposta foi negativa: o PS devia governar sozinho.

Todavia, aquilo que sucedeu nas últimas semanas demonstra que mais do que quererem dar ao PS a total responsabilidade pela governação os partidos da oposição apostam apenas numa estratégia de “união do contra” que implica a aprovação de uma agenda negativa e contra o Governo.

3. Numa situação de turbulência económica internacional e mundial, cujo efeito mais forte em Portugal é o desemprego, não é possível que a governação seja definida pelos critérios populistas de uns ou pela de política de terra queimada de outros. Ao contrário do principal partido da oposição que já nem tem sequer liderança, Portugal precisa de liderança para se afirmar e se defender. É essa a responsabilidade que o PS tem.

Mário Soares fez 85 anos!



O FUNDADOR do Partido Socialista Mário Soares completou, no passado dia 7 de Dezembro, 85 anos.

Vulto incontornável da vida política nacional, onde desempenhou os mais altos cargos, e referencial da imagem internacional de Portugal é, nesta como noutras idades, um cidadão lúcido, cujo pensamento continua a influenciar indelevelmente a actualidade.

O camarada Mário Soares esteve e está, pois, de parabéns, não só pelo aniversário, que o “Acção Socialista” não deixa passar em branco,

mas essencialmente pela sua longa e preenchida actividade política e cívica, bem como pela sua militância socialista, pelo valioso contributo que presta com as suas reflexões sobre o país e pelas suas posições sobre os diversificados problemas do globo.

Descrito como o máximo denominador comum entre a esquerda e a direita no Portugal do pós-25 de Abril e como combatente antifascista desde as primeiras horas, Mário Soares empenha-se actualmente na elaboração do seu “ensaio autobiográfico político e ideológico”. M.R.

Eleições nas Concelhias e Secções

NOS TERMOS estatutários e na sequência de deliberação do Secretariado Nacional, foi fixada a calendarização dos actos eleitorais das estruturas descentralizadas do Partido Socialista para o ano 2010.

Assim, as eleições para as Secções de Residência e Sectoriais devem decorrer durante o mês de Março, nos dias 26, 27 ou 28, sendo da competência dos órgãos federativos a organização do processo eleitoral.

Por sua vez, a eleição para as Co-



missões Políticas Concelhias devem decorrer durante o mês de Abril, nos dias 9, 10 ou 11, sendo também da competência dos órgãos federativos a

organização do processo eleitoral.

Os órgãos federativos, por fundamento político interno, podem, caso entendam, proceder à eleição simultânea das referidas estruturas do partido, desde que esta decorra em Março ou Abril, nos dias atrás referidos.

Segundo a deliberação do Secretariado Nacional, até 15 de Dezembro as federações devem informar a Sede Nacional de todas as datas fixadas para a realização dos actos eleitorais.